



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 523 - DE 2 A 16 DE JULHO DE 2016 - R\$ 4,00

Cancelamento e não pagamento da dívida pública **Não pagaremos** pela dívida pública com nossos empregos, salários e direitos trabalhistas!



Bolívia

**Realizado o 47º Congresso
do Partido Operário Revolucionário**

Crise mundial



**INGLATERRA FORA
DA UNIÃO EUROPEIA:**

**Pelos Estados
Unidos Socialistas
da Europa**

Medidas imediatas de proteção à classe operária e aos demais oprimidos

Há um consenso entre a burguesia, seus governos e seus partidos de que é inevitável um “ajuste fiscal”. Dizem unanimemente que os gastos do Tesouro Nacional são maiores que a arrecadação, o que têm gerado pesados déficits e que por isso é necessário diminuir os gastos. Quanto ao aumento da arrecadação, é mais difícil porque dependeria em grande medida de novos impostos, de forma que não se pode aumentar a carga tributária sobre as empresas e o capital.

O governo tem a opção de avançar os programas de privatização e incentivar a repatriação de bilhões que foram ilegalmente desviados do Brasil para o exterior. No Senado, voltou-se à discussão de legalização dos jogos de azar. Fora essas alternativas, somente o aumento da arrecadação de impostos de acordo com as regras vigentes desafogaria o orçamento. Ocorre que essa via depende da volta do crescimento econômico, mais produção, mais venda e mais empregos, mais impostos e menos déficit. Mas o problema está justamente na recessão, ou seja, na crise de superprodução que é mundial.

Dizem os capitalistas e seu governo que com o “ajuste fiscal” viria o equilíbrio das finanças do Estado, que poderia investir mais e incentivar os capitalistas a disporem seus capitais para reativar a produção, com isso o comércio e os serviços. Fazem as contas e concluem que já não é possível continuar com alto déficit primário e com o desarranjo das contas públicas, que chegou ao ponto da ameaça de quebra de alguns estados da federação, como é o caso do Rio de Janeiro.

Sobre que classe social então tem recaído o ajuste fiscal? Sobre os capitalistas? Não! Sobre a classe operária? Sim! Sobre a classe média urbana? Sim! Sobre os camponeses pobres? Sim! Está aí o segredo do ajuste fiscal. Por que não recai sobre a classe capitalista? Justamente porque seus lucros, capitais, propriedades e luxo devem ser preservados. O “ajuste fiscal”, portanto, são medidas tomadas pelos exploradores contra os explorados.

Estão nos planos do governo golpista de Michel Temer a reforma da previdência, a reforma trabalhista, cortes de gastos com a saúde, educação e serviços sociais. O fundamento econômico-financeiro do ajuste fiscal é o seguinte: reduzir o máximo possível os gastos dos capitalistas com a contratação da força de trabalho (mão-de-obra), aumentar a sua exploração e despende o mínimo com as aposentadorias. Temer pretendia imediatamente acabar com o abono salarial, desvincular o reajuste da aposentadoria do salário mínimo, desviar parte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para sustentar a Previdência, aumentar o tempo de vida para o assalariado aposentar, equiparar as mulheres com os homens quanto ao tempo para aposentar, ampliar a terceirização, facilitar as demissões, entre outras medidas.

Parte desse plano serve diretamente aos capitalistas e parte ao Tesouro Nacional. Essa combinação indica que o governo da burguesia está promovendo uma ofensiva em toda linha contra os explorados. Quando economistas insuspeitos, quer dizer, integrados à ordem burguesa, procuram outras soluções, como a de reduzir as taxas de juros, utilizar parte das reservas cambiais, taxar o capital especulativo e as grandes fortunas, por exemplo, a resposta é a de que desencadeariam uma corrida inflacionária, sonegação, evasão de divisas, redução dos investimentos externos, etc. Em resumo, não se pode tomar medidas que afetem os lucros e os capitais da burguesia. Tudo deve vir da classe operária, da classe média urbana e do campesinato. O grande capital está imune.

A gigantesca dívida pública e o exorbitante montante de juros preenchem grande parte do orçamento da federação. Qualquer que seja o governo eleito está obrigado a governar em função da dívida e dos juros. A política econômica, portanto, não está voltada a desenvolver

as forças produtivas da nação. Prevalece o contrário, as forças produtivas estão condicionadas à obrigação da nação de garantir a sangria de boa parte da riqueza produzida, que serve ao parasitismo financeiro. O capitalismo da época imperialista se caracteriza em geral pelo domínio do capital financeiro, por sua sobreposição à produção e por se levantar como obstáculo às forças produtivas.

Os países de economia atrasada e semicolonial, como é o caso do Brasil, são sempre devedores, provedores de pesada carga de juros e servidores do parasitismo. O sistema financeiro brasileiro é parte do ordenamento mundial do imperialismo. Está aí por que importante parcela de seus negócios é dirigida à dívida pública e à especulação. Como o capital financeiro resultou da fusão do capital bancário com o capital industrial, a burguesia como um todo se tornou uma classe parasitária. Nos países semicoloniais, foi perdendo seu caráter nacional em tal magnitude que se tornou um apêndice da burguesia mundial imperialista, embora continue a refletir conflitos de interesse. O que indica o quanto está submetida ao imperialismo é sua relação com a dívida interna e externa.

No Brasil, a quase totalidade da dívida externa foi transformada em pública sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, uma forma de resolver momentaneamente a crise do endividamento, que se abriu no final do regime militar e se prolongou até a década de 1990. O que parecia equacionado - com as privatizações (entrega de patrimônio nacional), com o programa de recuperação de bancos (PROER), com o plano Real e com a adoção da Lei de Responsabilidade Fiscal - voltou com tal força e está no centro da crise política e do impeachment de Dilma Rousseff.

O último informe do Banco Central é de que a dívida se elevou para R\$ 2,886 trilhões. Aproxima-se de 70% do Produto Interno Bruto (PIB). Se somarmos as dívidas da União, dos estados e dos municípios, o déficit geral poderá alcançar R\$ 750 bilhões. Eis por que a maior parte dos estados se encontra em situação pré-falimentar, o que atinge frontalmente os serviços públicos. Não faltam análises e denúncias consistentes sobre o tamanho do rombo e do parasitismo. Também não faltam explicações convincentes de que a brutal carga de juros e amortizações são as reais responsáveis pela crise fiscal. E não a Previdência, os gastos com programas sociais e aumento do salário mínimo, como diz o governo e seus lacaios.

Essa discussão no âmbito da política burguesa serve para esclarecer alguns aspectos da questão, mas é em vão. Sem dúvida, o excesso de parasitismo afeta interesses particulares de setores da classe capitalista, por isso é questionado. A classe operária está alheia porque seus sindicatos estão sob o controle de direções que seguem esta ou aquela fração da política burguesa e porque lhe falta o partido revolucionário. Mas essa constatação não deve obscurecer o seu lado objetivo. Está posta a tarefa dos explorados combaterem o parasitismo da burguesia e do governo que o encarna, sob a bandeira de cancelamento e não pagamento da dívida pública. Que deve ser acompanhada da bandeira: Não pagaremos pela dívida pública com nossos empregos, salários e direitos trabalhistas.

A luta contra as medidas que descarregam o parasitismo da dívida pública sobre a maioria oprimida permite à vanguarda revolucionária desenvolver no seio das massas o programa de estatização do sistema financeiro, sem indenização, expropriação do grande capital e um plano de superação da fome e miséria. É imprescindível explicar e defender que a luta pelo poder é o objetivo do proletariado. Não se pode quebrar o parasitismo sem destruir a ditadura de classe da burguesia. Está aí por que não se deve omitir e nem relevar a importância da defesa da constituição de um governo operário e camponês.

POR ONDE PASSA A CRISE POLÍTICA

O governo golpista de Michel Temer não tem muita margem de manobra política enquanto o impeachment não concluir. Não pode abrir uma frente de conflito com parlamentares que lhe permitiram tomar assento na presidência da República. Ainda não está seguro de que os senadores darão a palavra final a favor do golpe institucional. As massas, por sua vez, já não têm interesse sobre o que se passa no Congresso Nacional. Mas Temer não pode atirá-las no momento com um conjunto de medidas antipopulares.

A questão não se resume apenas à indefinição do impeachment. O governo golpista nasceu a fórceps e completamente debilitado. A perda de três ministros recém-empossados por denúncia de corrupção e a sua própria situação perante a Operação Lava Jato indicaram a dificuldade de montar um governo que inspire confiança da classe média e que consiga enganar em um primeiro momento a classe operária, os camponeses pobres e as massas urbanas que carregam o peso da miséria.

Os partidos que desbancaram o PT do poder do Estado sabem perfeitamente que a aliança em torno de Temer é provisória. Somente as eleições de 2018 poderão definir as novas relações entre o PMDB e o PSDB, que são os dois pilares da política burguesa oligárquica. O PT sai quebrado da crise, carregando a responsabilidade de uma política econômica que promoveu a recessão e o desemprego e a gigantesca corrupção. Mas evidentemente não está morto. Sairá debilitado das eleições municipais – essa é a previsão.

Os petistas, tendo clareza dos perigos da desintegração, esperam se reerguer com a candidatura de Lula. Está aí por que setores do aparato do Estado e dos partidos que promoveram o impeachment acham que a Operação Lava Jato deve apertar o cerco em torno do PT e afrouxar o do PMDB. A nova ofensiva contra os petistas, expressa na prisão do ex-ministro Paulo Bernardo e na invasão policial da sede do PT, dá um fôlego a Temer, que necessita sair do centro da crise política, caso contrário corre o risco de naufragar prematuramente.

É sintomática a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, um dos homens mais envolvidos em bandalheiras, de apresentar o projeto contra o abuso de poder, que era mantido na gaveta desde 2009. Esperava-se que, com a derrubada do governo de Dilma Rousseff, o Ministério Público e a Polícia Federal arrefecessem a ofensiva da Operação Lava Jato e que o juiz Sérgio Moro resolvesse estabelecer um ponto final às investigações. Mas o trem em alta velocidade não pôde ser freado abruptamente – é o que passa com as inúmeras investigações que adentraram no meandro da política burguesa. A solução é montar uma contra-ofensiva que limite a autonomia de tais órgãos, que a obtiveram no governo petista. Esse é o sentido indicado por Renan Calheiros. É bem provável que nos bastidores negociarão o conflito. Chama a atenção o atrito entre o juiz federal Paulo Bueno de Azevedo com o ministro do STF, Dias Toffoli, que decidiu revogar a prisão de Paulo Bernardo. A tendência é a de aparecerem dissensões no aparato do Estado cada vez mais frequentes na medida em que a Operação Lava Jato avance sobre os parlamentares. Um disciplinamento será necessário como parte da tarefa burguesa de estabilizar o governo assim que o impeachment for concluído.

A ampliação dos choques em torno das investigações, no entanto, não se sustenta por si só. Nota-se que reflete o fato de o governo golpista não ter conseguido logo de início centralizar as frações da burguesia diante da crise econômica. E, para sua sorte, os explorados não se rebelaram contra a onda de demissões, da volta da informalidade, da alta do custo de vida e das perdas salariais.

Michel Temer tem contado com a política de conciliação de classes da burocracia sindical e com a submissão do PT aos poderes do Estado para administrar sua fraqueza e trabalhar por reunir força para se afirmar. Os acordos de flexibilização do trabalho, assinados pelos sindicatos metalúrgicos com as multinacionais, continuam sendo praticados sob o governo golpista, o que serve de bloqueio às lutas operárias e populares. A política do PT de submissão dos explorados aos interesses da classe capitalista mantém-se de pé e serve à consolidação do golpe de Estado.

A crise, cedo ou tarde, empurrará as massas a romperem a camisa de força da conciliação de classes e a inércia dos aparatos sindicais burocratizados. Em parte, isso explica a decisão inicial do governo golpista de medir com cuidado a ofensiva contra os direitos trabalhistas e os programas sociais estabelecidos na administração petista. Mesmo não sendo do agrado das frações capitalistas que apoiaram o impeachment, Temer manteve o compromisso de conceder o reajuste ao funcionalismo (de alto interesse da burocracia estatal), de reajustar o valor do Programa Bolsa Família, manter o Supersimples e renegociar a dívida dos estados da federação.

A violenta crítica de setores da burguesia e da imprensa golpista ao “pacote de bondades de Dilma”, agora, foi substituída por uma crítica compreensiva ao “pacote de bondades de Temer”. Continua sendo usada a via da elevação da dívida pública para manter os compromissos do Estado. Na essência, o governo golpista manteve a mesma política do governo petista, com variações que logo mais veremos o sentido das diferenças. A fantástica dívida pública e a gigantesca carga de juros são administráveis com a economia em crescimento, mas sob as condições de severa recessão se torna o centro impulsionador da crise em todos os sentidos.

Ao elevar o déficit para R\$ 170 bilhões, o Congresso Nacional deu um fôlego à governabilidade de Temer. Mas, o que tudo indica, muito curto. Isso explica o assombro dos economistas, que estimam que o estouro já atingiu R\$ 125,4 bilhões. Ocorre que Temer não tem força política para impor o pacote de medidas que deseja o capital financeiro. Espera atravessar o primeiro momento de formação de seu governo para voltar à carga. Não há outra via para a burguesia e seu governo senão descarregar o peso da falência do Tesouro Nacional sobre os explorados. Lembremos que a intenção do governo golpista era logo de início acabar com o abono salarial, usar o FAT para sustentar a Previdência, modificar a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), de forma a desvincular os programas da correção do salário mínimo, impor nova reforma da Previdência e desvincular os gastos obrigatórios com a saúde e educação.

Essas medidas, sem dúvida, serão retomadas assim que as condições políticas melhorarem para o governo golpista. Sua implementação depende da luta de classes. Chegamos ao ponto fundamental de por onde passa a crise política e econômica. A derrubada do governo de Dilma Rousseff não mudou o quadro de conciliação de classes construído pelo PT. É o que mostra a ausência de um movimento de luta contra as demissões, o desemprego e a alta do custo de vida. A luta política consiste em romper esse quadro, partindo das necessidades mais prementes dos explorados. Será preciso travar um combate em torno da dívida pública, de forma a evidenciar para a maioria oprimida a profunda crise do capitalismo e a falência histórica da burguesia nacional. A luta pela independência de classe dos explorados tem como ponto de partida a defesa de seu programa de reivindicações, com os métodos e democracia do proletariado.

Um só caminho para defender os empregos e os salários: a luta coletiva

Sentimos na pele o aumento do desemprego e a queda nos salários. Os últimos dados indicam 11,4 milhões sem trabalho. Em um ano, 3,3 milhões foram demitidos. A renda média dos brasileiros diminuiu quase 3%. Caiu o número de empregos com carteira assinada e aumentou o trabalho informal. Tudo indica que a situação vai piorar ainda mais.

O Brasil está em recessão. Os capitalistas se protegem como podem, reduzindo as forças produtivas (cortando mão-de-obra e brecando a produção). Contam com as medidas do governo Temer para flexibilizar ainda mais as contratações e as demissões. Estão para ser implementados o avanço da terceirização, as mudanças na CLT e a reforma da previdência. A classe operária se encontra desorganizada e temerosa com a onda das demissões. As direções sindicais aceitam acordos de

rebaixamento salarial, de demissões, de suspensões e de parcelamento dos reajustes. Querem que os operários aceitem que essa é a única alternativa diante da ofensiva patronal.

Não, companheiros, companheiras! Não acreditem que se curvando as coisas vão melhorar. Quanto mais nos curvamos, mais os capitalistas e governantes nos pisam. Essa é uma lei da exploração do trabalho. Acreditem, sim, na nossa força coletiva. Essa é a única força que o patronato tem receio e respeito. Façamos valer a nossa força unitária e nas ruas!

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem imediatamente assembleias gerais para lutar contra as demissões, em defesa dos empregos e dos salários.

Ceará / Nota de repúdio à direção da APEOC

A covarde agressão sobre Estudantes e Professores não ficará impune! Nesta segunda, 27/06, no Ginásio Poliesportivo da Parangaba, vários estudantes e professores foram agredidos fisicamente pelos seguranças contratados (e orientados a agir dessa forma) pela diretoria do Sindicato Apeoc. A agressão ocorreu depois que estudantes tentavam entrar no plenário onde se realizava a Assembleia da Categoria, após serem barrados autoritariamente por ordem do Sindicato Apeoc e sem qualquer consulta aos professores com justificativas, as mais descabidas e estapafúrdias. Estudantes receberam

socos, chutes, ficaram com lesões e, hematomas. Os professores que os auxiliavam a entrar foram igualmente vítimas da brutalidade e truculência do que podemos chamar de “Tropa de Choque” da burocracia sindical vendida e pelega. Exigimos que os fatos sejam apurados e os seguranças e diretores do Sindicato responsabilizados! Quem age com tamanha violência contra os que fazem a educação não pode nos representar. Fora a direção traidora, venal e criminoso da Apeoc/Anízio/PT e Cia!

Corrente Proletária na Educação. / Partido Operário Revolucionário.

Rondônia / Responder com os métodos da luta de classes e com a aliança operária e camponesa a violência dos capitalistas

O estado de Rondônia é um dos estados da região onde os conflitos no campo vêm ocupando as mais altas estatísticas no país. Latifundiários e investidores de negócios milionários agem diuturnamente, com o auxílio de jagunços, de milícias armadas e da repressão estatal, contra os camponeses.

A expulsão de camponeses de áreas destinadas ao sustento de suas famílias e os assassinatos de lideranças não cessam. Eis um pequeno retrato:

No dia 2 de junho, 140 famílias de camponeses pobres foram despejadas do acampamento Monte Cristo, no município do Vale do Paraíso. São milhares de hectares de terras públicas, onde latifundiários, que se reivindicam proprietários, instalam o agronegócio ou investimentos vantajosos, arrancando os camponeses pobres e trabalhadores que vivem da extração de riquezas naturais e do cultivo de sobrevivência.

É o que se passou, também, com os ribeirinhos, que viviam das plantações e da pesca às margens do rio Madeira. As usinas de Santo Antônio e Jirau destruíram o sustento desses pobres ribeirinhos. Toneladas de peixes vêm sendo destruídas nas proximidades dessas usinas e de pequenas hidrelétricas, construídas em diversos municípios do estado de propriedade de capitalistas e politiquieiros.

Outro acontecimento que chocou os lutadores foi a atrocidade cometida à militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Rondônia, Nilce de Souza Magalhães (Nicinha). Depois de meses de desaparecimento, seu corpo foi encontrado no dia 21 de junho, com marcas da violência desfechada pelas milícias de latifundiários e investidores das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Foram os operários das usinas que encontraram o corpo, que estava amarrado com cordas e preso a uma pedra para facilitar a sua fixação ao fundo do rio Mutum. Nice teve uma vida de luta contra os capitalistas da

usina de Jirau em defesa dos ribeirinhos atingidos pelas barragens. Denunciava as violações de direitos humanos praticadas pelo consórcio responsável pela UHE de Jirau, chamado de Energia Sustentável do Brasil (ESBR).

Como dissemos, os assassinatos e a expulsão de camponeses e extrativistas pobres avançam no estado de Rondônia. Os assassinatos ficam impunes, porque a Justiça, a polícia e os governantes agem em função dos interesses da classe exploradora. Trata-se da violência de classe da minoria capitalista para a preservar o sistema capitalista.

A luta dos camponeses e dos ribeirinhos, em grande parte, passa despercebida em função do isolamento dos movimentos. Pesa, também, a política das direções dos movimentos sociais e operários, que é corporativa e conciliadora. Esse é um problema que se precisa ser compreendido pela vanguarda de lutadores para que haja um salto na luta de classes.

O Partido Operário Revolucionário denuncia e luta contra os crimes da burguesia aos lutadores do campo, levantando as bandeiras de Tribunal Popular e aliança operária e camponesa. E trabalha pela penetração do programa proletário no seio do movimento camponês e dos ribeirinhos. O que significa a defesa da revolução agrária, como parte da revolução proletária. A revolução agrária combina tarefas democráticas (atendimento da reivindicação camponesa de reforma agrária) com as socialistas (coletivização da produção agroindustrial). O que implica a expropriação sem indenização dos latifúndios e a nacionalização das terras; a estatização sem indenização da agroindústria e a transformação da propriedade privada em coletiva e cumprimento da reivindicação dos camponeses de reforma agrária, bem como proteção estatal ao pequeno produtor.

É PRECISO SUPERAR O IMPASSE DA GREVE NA USP

A greve na USP está num impasse. De um lado, não pode se encerrar diante do corte de ponto dos funcionários e da brutal violência da PM no interior da moradia estudantil (CRUSP). Porém, de outro, está estrangulada pela ação das direções que tudo fizeram para bloquear a tendência de luta, principalmente a existente entre os estudantes. O quadro se agrava devido às férias que chegaram. Concretamente, a greve caminha para o seu fim. Os docentes aprovaram suspensão da greve. Os funcionários aprovaram judicialização da greve. E os estudantes, mantêm a greve formalmente.

O que explica essa situação?

A explicação está na condução do movimento pelas direções. Embora as questões objetivas exigissem a necessidade da greve desde o começo do ano, ela não foi devidamente preparada. Há um elemento específico dos estudantes – falta de professores – que poderia servir para impulsioná-la inicialmente, por ser sensível a todas as unidades de ensino. Todavia, embora fosse de conhecimento geral das direções estudantis, esse elemento não foi trabalhado.

A ocupação da SAS por moradoras e moradores do Crusp contra a violência sobre a mulher e em defesa das estudantes mães também poderia servir de ponto de apoio para impulsionar a luta geral estudantil, mas esteve sob boicote das correntes e direções.

Mas sem a devida preparação, a greve, aprovada pela ampla maioria dos estudantes, novamente foi uma greve pacífica. A condição precária de ensino foi o fator sensível que legitimou a greve, mas o descolamento das direções da base não viabilizou a organização de um setor dos estudantes para uma atuação ativa. De maneira geral, os cursos foram aos poucos se esvaziando e sobrando, mal e precariamente, a militância das correntes.

O descolamento da base é uma constatação. A causa mora na política aparelhista e corporativista da maior parte das correntes. Umhas têm por finalidade prática submeter o movimento estudantil aos docentes, almejando inserção à burocracia universitária e sua extensão privatista, por meio dos professores, no caso do PSol, PSTU, PCB e PT. Outra almejando o aparelho do SINTUSP, no caso do MRT (antiga LER-QI), MNN/TL e em menor escala, o Enfrentamento. Em essência, nada os distingue.

Mas é preciso alertar quanto à diferença no discurso. Os tradicionais reformistas e centristas não têm expressão dentre os mais proletarizados, a muito cientes e avessos a seus objetivos eleitoreiros. Agora, os protótipos MRT, MNN e Enfrentamento se apoiam num discurso mais radicalizado da tão cantada “unidade estudante e trabalhador”, na defesa solene dos trabalhadores, como se fossem seus porta vozes, ou melhor, os porta vozes dos mais oprimidos.

Vejamos o quão de fato são defensores desses trabalhadores e dos oprimidos de maneira geral. O ponto de partida seria a tão silenciada greve de 2013 que aprovou o Governo Tripartite. Na primeira assembleia, à exceção do PT, as demais correntes votaram pelo Governo Tripartite. Na segunda, foi reprovado por unanimidade. Isso por que o oportunismo enraizado lhes impediu de se oporem à massiva assembleia de mais de 5 mil estudantes contrários ao reitorado. A partir da terceira assembleia, com 300 estudantes, todos se embocaram de modo a rebaixar o Governo Tripartite ao posto de “bandeira”, em oposição ao “eixo”. Segundo os oportunistas, os “eixos” eram as reivindicações reais.

A manobra serviu à política conciliadora e capituladora das cor-

rentes em favor da democratização da universidade, na forma de “eleição paritária” e “estatuinte livre e soberana”, no processo de eleição a reitor, enquanto o POR propunha e a base votou o Governo Tripartite, um governo em substituição ao reitorado, erguido e expressão da maioria. Se hoje a carne sangra pela intensidade da investida da reitoria é porque essas correntes se negaram a ir até as últimas consequências na destruição do reitorado. Ao contrário, defenderam a sua manutenção. A maior participação estudantil e dos funcionários não alteraria o caráter autoritário e repressivo da burocracia universitária quem de fato controla a universidade. Quanto à estatuinte, basta ver na história recente a sua inviabilidade. Somente um cego político segue atrás de sua defesa.

Sigamos para 2014. Uma greve radicalizada dos funcionários contra o Zero de reajuste e uma greve de apoio dos estudantes, deflagrada com esse caráter na primeira assembleia estudantil, defendida pelas mesmas correntes: PSol, PSTU, MRT, MNN e PT. Desde essa greve, o POR vem insistentemente defendido nas assembleias dos estudantes, funcionários e professores a necessidade de se convocar uma Assembleia Geral Universitária. Um fórum deliberativo dos três setores de modo a se aprovar uma única pauta e um único método de luta conjunto. A tarefa premente dessa assembleia seria responder à crise orçamentária – apurando as contas da universidade de modo independente, elaborando um orçamento que atendesse a todas as necessidades de quem estuda e trabalha e concluísse varrendo a burocracia corrupta e em seu lugar erguesse o Governo Tripartite. As mesmas correntes se colocam sistematicamente contrárias.

A greve seguiu o curso corporativo. Encerrando quando os funcionários conseguiram o reajuste salarial. Muito embora os problemas de então (e ainda candentes) atingiam a todos os setores. O fim da greve foi alardeado em clima de vitória por essas mesmas correntes, cuja avaliação era de uma reitoria derrotada e na defensiva. Isso quando o reajuste foi inferior ao inicialmente reivindicado, abaixo da inflação e parcelado. Isso quando, em meio à greve, foi aprovado o PiDV. Isso quando, em meio à greve, o HRAC foi desvinculado da universidade. Essa avaliação errada desarmou o movimento para resistir aos ataques da reitoria que se mantinham, em escalada ascendente.

Em junho de 2015, as direções acordaram entre si retroceder ao indicativo de greve, mediante a bravata de Alckmin. O famoso “bode na sala”. Alckmin anunciou mudança no orçamento, jogando com as palavras na LDO de “mínimo” para “máximo” quanto ao percentual do ICMS repassado à universidade. Quando voltou atrás, as direções cantaram vitória e desistiram da greve, mesmo com as pendências por resolver, sejam de velhos ou novos ataques da reitoria.

Com esse histórico, como sustentar a defesa real com os trabalhadores? Como ser “porta voz” desse setor dos oprimidos quando são porta vozes de seus interesses particulares? Se de fato padecem do sofrimento dos que agora seguem sem salário devido ao corte de ponto, deveriam antes de tudo reconhecer que erraram no passado ao se colocarem contra a greve, contra a destruição do algoz – a reitoria – de onde emana a violência contra essas famílias, hoje sem a fonte de seu sustento devido ao corte de ponto. Deveriam reconhecer que se apartaram das bases e não foram capazes de erguer um movimento realmente massivo capaz de tomar as grandes avenidas e afetar a economia. O único caminho para derrotar a reitoria e o governo do estado. E para isso necessariamente necessitaria da ação estudantil. Mas ela foi marginalizada. Foi delegada a mera apoiadora da greve

dos funcionários.

Tudo por quê? Porque em última instância não se procura lutar pelas necessidades das massas, mas usar da luta das massas para se potencializar eleitoralmente, seja aspirando as eleições burguesas, seja aspirando as eleições do sindicato. Mas, é mais do que oportunismo aparelhista. É impossibilidade de erguer uma política que responda às necessidades dos trabalhadores, ou dos estudantes. O MRT, o MNN e o Enfrentamento não conseguirão responder aos cortes de ponto, ao arrocho salarial, ao avanço da terceirização, a destruição das condições de trabalho. Para isso necessitariam se colocar em rota de colisão direta com a reitoria. O que não são capazes de fazer. Ou porque os mais débeis como o Enfretamento não possuem uma política de poder. Ou porque a política conciliadora do MRT e MNN é um empecilho.

A política de conciliação na universidade é um reflexo da estratégia de poder que essas correntes possuem fora dela. Como poderiam admitir a derrubada do poder do reitorado se defendem um governo burguês dos trabalhadores, e não a revolução proletária? A base material do Governo Tripartite está justamente em colocar os que estudam e trabalham na universidade ao lado do levante das massas operárias na luta pelo poder do Estado.

Por que a ocupação dos blocos K e L não estaria em oposição à greve dos funcionários?

Muitos se dignaram em colocar a ocupação dos blocos K e L para moradia estudantil em oposição à greve dos funcionários. Como se essa ocupação em particular enfraquecesse a greve. Apenas uma mente fora da realidade poderia concluir tal coisa. Pois a realidade vem à tona cobrar dos inconsequentes politicamente.

Ao longo da greve, houve e ainda há algumas ocupações de prédios de curso: Letras, História/Geografia e Escola de Comunicação e Artes (ECA). Depois ocupou-se a Vivência Estudantil, entregue à reitoria em 2007 pela direção do DCE de então, PT. As ocupações de curso tiveram sua importância momentânea no início da greve, mas logo se tornaram inúteis e dissipativas de energia diante da greve que se avolumava e requeria unidade organizativa para enfrentar a reitoria. No entanto, nada se falou do quanto essas ocupações particularizadas afetariam negativamente o movimento geral.

A questão é: o que há de especial na ocupação dos blocos K e L? Por que essa ocupação se voltaria contra o movimento? Argumentos esfarrapados foram apresentados como: não serviria de “moeda de troca” ou seria uma medida “corporativista”. Pois bem. Acabamos de ver que o prédio da Letras sendo desocupado sob negociação com o diretor em troca do não corte de ponto dos funcionários dessa unidade em particular. Pois essa decisão, defendida pelo MRT, não foi corporativa, não foi chamada de “moeda de troca”? Como ficam os demais funcionários de outras unidades que também tiveram seus pontos cortados? O MRT tinha o direito de baixar a guarda e não sustentar a ocupação quando ela está na mira da burocracia, chamando à luta pela reversão de todos os pontos? Está aqui uma “moeda de troca” que beneficia um setor em detrimento dos demais.

Os críticos inconsequentes escorregam e se enlameiam em si mesmos. De fato, os que pretendiam ocupar os blocos K e L não visavam tê-lo como moeda de troca. O objetivo era ocupá-lo para morar. Ocorre que não era necessário usá-lo em troca de outra reivindicação. O ato por si só conquistaria uma reivindicação. E essa conquista seria uma derrota parcial da reitoria, que daria um novo fôlego ao movimento geral. A princípio, os blocos serviriam de sede centralizadora do movimento, o que daria um salto qualitativo na greve e a impulsionaria.

Seria alvo da imprensa. Atrairia uma parcela dos estudantes que estão em casa, aumentando a organização, inclusive para fazer os piquetes. Projetaria o movimento para fora da universidade e construiria as condições necessárias para bloquear as grandes avenidas, pois é daqui que emanaria a força do movimento: afetar a economia e ganhar a população.

Pois os blocos K e L não foram ocupados. A edição anterior do Massas traz uma explicação mais detalhada. O que é válido analisar agora é a consequência da divisão no interior do movimento estudantil. De um lado, as direções contrárias à ocupação dos blocos K e L e, de outro, a base, lutando e resistindo com todas as forças na concretização de uma reivindicação que expressa uma necessidade. Essa divisão se deu também em outras esferas. A própria direção do SINTUSP não tinha uma posição homogênea. O MRT e MNN, que compõem minoritariamente a direção, foram os contrários, assim como entre os estudantes. Os “Piqueteiros”, fração majoritária, eram a favor.

Essa cisão foi a morte do movimento. O ponto mais alto da greve foi justamente no dia em que a base rompeu com o bloqueio das direções e se destinou aos Blocos K e L, e só não o ocupou devido à ação da polícia. Dali em diante, o movimento só vem perdendo força. Num quadro de debilidade, a greve dos funcionários foi judicializada, e o caminho agora é o fim da greve, com ou sem a reversão do corte de ponto.

Cabe uma observação quanto a esse ponto. Com o movimento fraco ou não, a justiça burguesa nunca poderia ser uma opção. Isso significa jogar nas mãos da burguesia o desenlace de um conflito de classes. Por maiores que sejam as perdas, é preciso manter intacta a independência de classe do movimento. O corte de pontos deveria ser combatido até o último suor da greve. Se mesmo assim não se revertesse por meio da força, que o movimento se erguesse em campanha junto aos sindicatos e centrais de modo a cobrir o correspondente aos salários. A solidariedade entre os trabalhadores existe. Se bem trabalhada pode servir para impulsionar a luta unificada. A ação jurídica se coloca apenas em algumas circunstâncias bem específicas, mas sempre subordinada à mobilização.

Em defesa do Partido com o Programa da Classe Operária

Há na universidade toda uma parcela de estudantes combativos. Entregues verdadeira e honestamente à luta. A maioria deles são avessos aos partidos e às organizações de maneira geral. São como gatos escaldados. Ariscos. Essa postura é totalmente compreensível. É resultado da experiência com as correntes oportunistas dos mais diversos calibres. A aversão, no entanto, toma um caminho tortuoso quando se volta para o partido e o separa das forças materiais que o mantêm. Não existe partido em abstrato. Ele é sempre a expressão de uma classe social, a burguesia, a pequena burguesia ou classe operária. Os verdadeiros combativos devem se concentrar em combater a política da burguesia e da pequena burguesia, atrelada à defesa da propriedade privada. Certamente, se chocarão com os partidos que dão expressão e são compostas por essas classes sociais. Certamente, no calor da luta, surgirá a necessidade de se organizar, para que o combate se dê de maneira mais sólida. Essa organização caminhará para a forma partidária. Por isso não se pode negar os partidos em abstrato, mas negar a sua política. Essa consciência de classe elevada será necessária para suplantar a crise de direção revolucionária. E para que os estudantes combativos se unam na construção do partido da classe operária, único que pode dar expressão à sua disposição de luta contra os capitalistas, seus governos e seus lacaios (reitoria, burocracia universitária).

Rio Grande do Norte

Reitoria aumenta o preço do Restaurante Universitário

Na última reunião do CONSAD (16/06), foi aprovada a resolução que reavalia o preço de custo do RU de R\$ 4,50 para R\$ 7,00. Antes da resolução, para os estudantes com renda familiar per capita abaixo de 1 salário mínimo era dada a gratuidade, e para os demais estudantes a refeição era vendida por um preço subsidiado de R\$ 3,00. Com a nova resolução, a faixa de renda da gratuidade é aumentada de 1 para 1,5 salário mínimo, os estudantes de 1,5 a 3 salários continuariam pagando o preço subsidiado de R\$ 3,00 (desde que comprovada a renda), e é criada uma nova faixa, dos estudantes com renda familiar per capita acima de 3 salários mínimos (famílias com renda acima de R\$10.560 – tomando como base uma família de 4 integrantes), que passarão a pagar 7 reais.

Essa resolução é um salto na privatização e mercantilização do RU. Além do aumento do preço, a reitoria mantém na gestão do restaurante a empresa terceirizada SAFE, que lucra em cima da necessidade de alimentação dos estudantes. O aumento da faixa de renda para a gratuidade não é um ônus para a reitoria, uma vez que é ela mesma, ao não garantir as condições de permanência, a responsável pela enorme evasão dos estudantes que não conseguem permanecer com as migalhas da assistência estudantil, mesmo os que já possuem alimentação gratuita.

Seu principal objetivo, portanto, foi alcançado, que é o aumento do preço para R\$ 7,00, mesmo que, *por enquanto*, para os estudantes com renda familiar acima de 3 salários per capita. Porém, já se fala das possíveis dificuldades, devido aos vários trâmites administrativos por que os estudantes terão que passar para terem direito a gratuidade e mesmo a continuidade do pagamento do preço subsidiado de R\$ 3,00 (todos terão, por exemplo, que comprovar renda).

No fundamental, o aumento do preço do RU segue uma política geral do Estado burguês, que a reitoria aplica na UFRN, de privatização e precarização do ensino público, que tem se intensificado com o avanço da crise de superprodução, que tem forçado o governo a realizar um ajuste fiscal e cortes de gastos nos serviços essenciais com o objetivo de pagar a dívida externa, retirando inclusive as migalhas concedidas pela política assistencialista de “inclusão social”. Mostra, no fundo, a incapacidade da burguesia nacional de realizar a tarefa democrática de garantir o ensino a todos em todos os níveis.

Rio Grande do Norte

Direção majoritária do DCE (JPT) compõe Comitê “UFRN Com Diversidade” junto com a reitoria

Depois de ter lançado uma nota pública com uma crítica implícita à participação do POR numa reunião de mulheres chamada pela coordenação de mulheres do DCE (cuja resposta publicamos no Massas 521) e de um escracho ao POR no último CEB (01/06), que foi ecoado por outros diretores de CA e pelo Levante Popular da Juventude, além de ter nos ameaçado expulsar aos gritos e “batucadas” caso fôssemos a uma próxima reunião de mulheres chamada pela coordenação de mulheres do DCE, a direção majoritária do DCE (JPT) forma um Comitê “UFRN com Diversidade” junto com dirigentes da ADURN e SINTEST, com “núcleos de estudos de gênero”) e com ninguém mais ninguém menos que a burocracia universitária (reitora e pró-reitores de gestão de pessoas, de extensão e de graduação), “a fim de debater a criação de políticas institucionais para a Universidade que visem combater o machismo, o racismo,

Para realizar mais esse ataque, a burocracia universitária contou com o respaldo da política de conciliação da direção majoritária do DCE (JPT), que desde o início tem aceitado o aumento do preço do RU, desde que a faixa de gratuidade fosse aumentada, falando sempre de discutir a resolução, mas nunca de rejeitá-la. Quanto ao aumento da faixa de gratuidade para 1,5 salários, na verdade há muito que isso já estava previsto no decreto que regulamenta do PNAES, mas que a reitoria o vinha usurpando. Sendo assim, a JPT utilizou esse benefício como moeda de barganha para conciliar com a proposta da reitoria, o que acabou se concretizando (a proposta inicial de resolução não incluía tal benefício). Por isso que uma das justificativas apresentadas para o voto do representante estudantil no CONSAD (do Kizomba/JPT) contrário à resolução, a de que “acreditamos em uma concepção de universidade com atendimento universal da assistência estudantil”, é hipócrita, uma vez que desde o início tem apontado para essa via de conciliação de aumentar o preço para uns desde que aumente a gratuidade para outros, e nada fez para impedi-la, se negando a organizar a luta dos estudantes pela rejeição da resolução, subordinando o movimento estudantil aos ritmos das reuniões do CONSAD e o esgotando na via institucional das mesas de negociação com pró-reitores.

A CPE/POR defendeu desde o início a rejeição integral da resolução, defendendo o imediato cumprimento da gratuidade prevista no decreto do PNAES (que não fosse usado como moeda de barganha) e a retomada da defesa do RU gratuito. Colocou a necessidade de que o movimento estudantil traçasse um caminho independente do CONSAD e das demais vias institucionais, construindo a luta estudantil pela base, a partir de uma pauta de reivindicações unitária que defendesse de fato as condições de ensino e permanência, a ser conquistada pela força da mobilização (ação direta). A luta pelas reivindicações que de fato defendam as condições de ensino e permanência mostrará que, para que sejam realizadas, é preciso derrubar a burocracia universitária e o Estado burguês, e lutar pela constituição de um governo tripartite na universidade (estudantes, professores e funcionários) com voto universal, subordinado à assembleia geral universitária.

a LGBTfobia e quaisquer outros tipos de preconceito...”

Tal atitude da JPT explica toda a campanha contra o POR em busca de nos isolar politicamente. Há muito que a JPT se incomodava com nossas críticas sobre os rumos que estava dando ao movimento estudantil, sempre apontando para a via de conciliação e institucionalização do movimento. Há muito que era obrigada a se esforçar para manobrar e deformar as nossas propostas, para não ter que se comprometer a organizar o movimento estudantil pela base com ação direta coletiva e independência frente à burocracia universitária. Na reunião de mulheres, incomodou-se com nossa intervenção que propunha que dali fossem discutidas as reivindicações das mulheres e que fossem levadas a uma assembleia geral dos estudantes a ser chamada pela direção, para que fosse construída uma pauta unitária do movimento estudantil que englobasse as reivindicações

das mulheres, a serem defendidas por todos os estudantes; incomodou-se também quando propusemos não confiar na burocracia universitária para resolver o problema da violência e assédios que as mulheres sofriam na universidade, e que os casos de violência fossem apurados pelo movimento estudantil, com independência à reitoria. Aproveitou-se da confusão criada pelo feminismo pequeno-burguês sobre a “auto-organização de mulheres” e da questão “de gênero” separada da questão de classe, e do fato de que nossos militantes eram homens, para utilizar isso como pretexto para nos isolar e tentar neutralizar nossas críticas deformando-as e desviando-se da questão principal, que era a luta contra a burocracia universitária, tudo isso para que possa se ver mais livre perante os estudantes para aplicar novamente sua política de conciliação com a reitoria, que tem como ápice a composição do comitê.

O feminismo, ao não se chocar com a propriedade privada como originária da opressão sobre a mulher (ambas assumindo novas formas e sendo conservadas pelo sistema capitalista), busca atenuar a situação da mulher com melhorias parciais por dentro do sistema capitalista. Dessa forma, tende a não se chocar com o Estado burguês, mas buscar reformas por dentro dele, nem com a burocracia universitária, no caso da UFRN, que é um tentáculo desse Estado na universidade. Ao ser noticiado o ocorrido com a estudante que foi fotografada no banheiro por um funcionário terceirizado, a principal queixa era a reitoria não tomar nenhuma atitude punitiva. O comunicado da reitoria de que havia devolvido o funcionário para a empresa terceirizada (muito provavelmente foi demitido) foi suficiente para que a JPT “fizesse as pazes” com a reitoria. Dispõe-se agora a sentar com a reitoria para discutir “políticas institucionais”, esperando que dessa forma, junto com a burocracia universitária e distante do conjunto da base estudantil, irá resolver o problema da violência à mulher. Pelo contrário, a burocracia universitária nada mais faz que encobrir os casos de violência (e não só sobre a mulher, mas sobre os estudantes em

geral), além de não garantir as condições de permanência das estudantes mães, assim como do conjunto dos estudantes. Não faltam casos para demonstrar que a reitoria é hostil à vida das mulheres na universidade, como o caso da repressão a uma estudante que estava com seu filho (DEART), o impedimento que outra mãe entrasse junto com sua filha para almoçar no RU ou a declaração da reitoria de que não teria interesse em construir creches para não incentivar as estudantes a engravidar. A JPT, como direção majoritária do DCE, nunca lançou uma “nota pública” contra essa declaração da reitora, mesmo isso tendo sido um encaminhamento da assembleia do início do ano passado. Tudo isso só mostra a grande farsa que é a criação desse comitê, que ele não dará um passo a mais para melhorar significativamente a situação das estudantes na UFRN

Para acabar com a opressão da mulher, que é uma forma de opressão de classe, é necessária a destruição da propriedade privada (hoje sob a forma capitalista), que desde o seu surgimento tem sido a base para a família monogâmica (filiação paterna, herança) e a escravização da mulher no lar (tarefas domésticas). Tal é a base material das manifestações culturais e ideológicas dessa opressão, como o mito da inferioridade da mulher ou de ser tratada como objeto sexual por exemplo. Tal base material será destruída por meio da socialização dos meios de produção, uma tarefa histórica da classe operária. O ponto de partida é levantar as reivindicações que defendem de fato as condições de estudo e permanência das estudantes (creches, RU gratuito, fraldários, residências, etc.) em unidade com o conjunto do movimento estudantil. A luta pelo fim do reitorado, substituindo-o pelo governo tripartite (professores, estudantes e funcionários) com voto universal, subordinado à assembleia geral universitária, dará um passo no sentido da necessidade da luta unitária dos estudantes e demais explorados sob a estratégia do proletariado de destruição do Estado burguês e substituição pelo governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

MOVIMENTO ESTUDANTIL / PEDAGOGIA PRESENTE, AGORA E SEMPRE! BALANÇO DAS ELEIÇÕES DO DCE/UERN – 2016/2017

Com um novo estatuto aprovado em um Congresso Estudantil esvaziado, foi realizada a primeira eleição para o DCE/UERN onde a proporcionalidade das eleições foi retirada. Vale salientar que foi a Comissão Eleitoral, maioria da chapa de oposição (dirigida politicamente pela LSR/PSOL), que fez questão de fazer cumprir o novo estatuto. Portanto, se posicionaram contrários à proporcionalidade.

Analisando o quadro em anexo, percebemos que a Chapa 01 – Podemos Mais – composta pelos membros do Movimento Kizomba, vinculado ao PT, ganharam por uma diferença mínima de exatos 55 votos, o que nos faz refletir.

Tendo em vista a situação financeira do PT, sua influência nos sindicatos e entidades estudantis, o que impediu que a Chapa 01 tivesse uma vitória ampla? A Chapa de oposição foi a 02 – Ousar Lutar, Ousar Vencer – e foi formada com estudantes membros da LSR/PSOL e estudantes, ditos independentes, que estiveram na luta na última greve da UERN. A Corrente Proletária Estudantil (CPE) votou criticamente na chapa da oposição.

Acreditamos que os acontecimentos nacionais desgastaram o PT na Universidade, paralelo a isso, tivemos uma gestão da Direção Majoritária/JPT anterior que não respondeu aos problemas estudantis, além de não organizar, ausentou-se das principais lutas e tudo isso para proteger seu Governo local e estadual, que o PT compunha.

Sendo assim, abrindo espaço para novos estudantes, estudantes que estão cansados dessa desordem, estudantes que saem da inércia e se propõem a organizar as reivindicações estudantis, mas o que le-

vou à derrota da Chapa 02? A Chapa 02 ausentou-se da campanha no Campus Central, por exemplo, viajou, visitou Núcleos e Campi, não que isso também não seja importante, mas é no Campus Central que se concentra a maioria dos estudantes, além de fazer passagem em salas no Campus Central com pouquíssimos membros.

A aceitação da eleição virtual também facilitou para a vitória da chapa dos governistas do Kizomba/PT. A eleição virtual impede o controle total dos estudantes das eleições e entrega para a burocracia universitária, amiga da Juventude pró-burguesa do PT. Aliados da burocracia universitária dos Rosados, a Juventude do PT torna-se um adversário quase imbatível com tantos recursos financeiros e logísticos em uma eleição apurada em votos pelo sistema virtual institucional da UERN.

A nova gestão que se inicia não será capaz de defender a universidade pública. Aliados da burocracia, integrantes dos governos capitalistas, a Kizomba/PT amordaçará por mais um ano as lutas estudantis. A Corrente Proletária Estudantil (CPE) fará oposição sem trégua aos governistas pró-burgueses na construção de uma Oposição Revolucionária que possa, no futuro, construir uma alternativa de direção para os estudantes de toda a UERN na luta por suas reivindicações.

Balanço do Centro Acadêmico

A atual gestão do Centro Acadêmico de Pedagogia (CAPED) está vencida. Passou sua gestão inteira sem atuação sistemática, não convocou assembleias, não organizou os estudantes eleitos representantes

de turma, não promoveram debates, discussões, fizeram figuração na maior greve da UERN, sendo assim, não encaminhando as reivindicações coletivas do Curso. Atitudes que, juntas, demonstram o abandono da organização pela base.

O CAPED é uma Entidade Estudantil que representa os estudantes de um Curso de Nível Superior. Deve ser independente das instâncias burocráticas da instituição, sendo a entidade estudantil livre de qualquer tipo de interferência institucional. Uma vez eleita pelo voto direto, a força de um CA está no seu poder de mobilização. Quanto mais estudantes ele consegue mobilizar ao seu redor, mais força ele tem.

Diante disso, o Curso de Pedagogia precisa de uma nova Direção, estudantes que se comprometam em organizar, mobilizar e encaminhar as pautas estudantis. Um CA de luta, de ação direta, democrático, que preza pelo coletivo e que através do Conselho de Representantes de turma e Assembleias Gerais frequentes organize as estudantes para a luta, de forma a conquistar nossas reivindicações e acabar com a burocracia universitária.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) tentou organizar as estudantes de base do curso de Pedagogia para pressionar a direção do CAPED para que uma Assembleia Geral fosse convocada, novas eleições organizadas para a renovação da direção.

A direção do CAPED resistiu ao chamado de uma assembleia geral do curso mesmo nas vésperas de uma assembleia docente com indicativo de greve. A que se diz presidenta do CA tentou a todo momento induzir as estudantes a se posicionarem contra a greve dos docentes, mesmo as estudantes de base estando claramente em prol da defesa da luta dos trabalhadores por suas reivindicações.

A formas das estudantes de Pedagogia apoiarem a luta dos docentes é levantando suas próprias reivindicações e unindo-se na luta. A independência estudantil é importante para manter a luta para além das reivindicações econômicas.

Com muito custo, a presidenta cedeu, mas na semana seguinte da mobilização estudantil não compareceu e sabotou a assembleia. A CPE era a favor de continuar a convocação da assembleia mas não houve acordo com as estudantes de base.

Próximo semestre é preciso continuar com a pressão e eleger uma direção para o CAPED de luta, que organize as estudantes pela base e levante suas reivindicações para que através da ação direta defendamos a universidade pública.

Conselho de Entidades de Base – CEB

Diante da crise política que o país enfrenta, o pacote de ajuste fiscal que o Governo PSD/PCdoB aplica aos trabalhadores, o sucateamento da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e o indicativo de greve de professores e técnicos, a nova gestão do DCE/Kizomba-JPT, convocou um Conselho de Entidades de Base (CEB) com a pauta: informes e indicação de vagas dos conselhos da Universidade. Ou seja, nada relacionado a luta contra o governo e em defesa da universidade pública.

O CBE foi esvaziado, o DCE apresentou seu plano de atividades que consiste, até então, apenas de eventos que apresentam caráter acadêmico e festivo. Apenas quatro Centros Acadêmicos estiveram presentes e a culpa desse esvaziamento são dos próprios Coordenadores do DCE, não mobilizando os Centros Acadêmicos e realizando a reunião em um local de difícil acesso aos estudantes represen-

tantes e de base. Longe do Campus Central.

Reconhecemos a importância das discussões e deliberações que um CEB pode proporcionar, no entanto, o que os estudantes precisam nesse momento e com urgência é de uma Assembleia Geral que discuta seus problemas, que retire uma pauta de reivindicações unificada, um calendário de atividades e de mobilização, fortalecendo assim os próprios Centros Acadêmicos e preparando os estudantes para a luta e conquista de suas reivindicações e se posicionar sobre a greve que se aproxima.

Paralisação Estadual Unificada

“Chega de atraso! Pare no dia 02 de Junho. Vamos colocar o bloco na rua.”. Com essa mensagem o Fórum dos Servidores Estaduais do RN, formado pelos Sindicatos: SINPOL, SINDSAÚDE, SINSP, SINAI, SINDASP e ADUERN convocou todos os servidores do funcionalismo estadual para o ato ocorrido em Natal, que saiu do Hospital Walfredo Gurgel e caminhou por diversas ruas até a Governadoria do Estado. Entre as reivindicações da categoria estavam: o direito a garantia do 13º salário, o qual o governo Robinson deixou claro que não está garantido, a retirada do PL da Previdência Complementar e a segurança de que o pagamento do salário será feito em dia.

Estudantes, professores e técnicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN estiveram presentes no evento representando DCE, ADUERN e SINTAUERN, respectivamente. Porém, tornou-se perceptível a falta de destaque dos estudantes universitários na atividade, que acabaram por não serem divulgados em nenhum momento durante a caminhada. Isso decorreu pelo fato do número bem reduzido destes no local, apesar de transporte e alimentação terem sido totalmente custeados para a viagem Mossoró/Natal, não houve nenhum tipo de divulgação e mobilização da direção do DCE para com os estudantes. Durante o Ato não houve sequer um posicionamento digno da direção do DCE, apesar de Presidente e Coordenadores estarem presentes, estes não se organizaram, nem organizaram os demais, notou-se a ausência de faixas, cartazes e palavras de ordem, aparentavam levar a manifestação como brincadeira, enquanto na mesma manifestação tinham estudantes secundaristas organizados levantando suas próprias reivindicações.

Fica aqui então a sensação de repúdio ao DCE/UERN, dirigido pela Kizomba/PT, que continua por NÃO representar a Categoria Estudantil. Enquanto a manifestação ocorria em Natal, alunos em Mossoró sequer tinham ouvido falar sobre o Ato, mesmo sendo a divulgação, discussão e mobilização um dever da direção do DCE.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) esteve presente junto com estudantes de base do Curso de Pedagogia para realizar a unidade com os trabalhadores do funcionalismo público em luta contra o governo das oligarquias do PSD/PCdoB.

Adquira com o distribuidor de Massas: R\$ 30

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



II ENE: muitos discursos e palavras de ordem, ausência de um plano concreto de lutas

Uma parte da vanguarda que atua na educação, partindo de todas as regiões do país, se reuniu no II Encontro Nacional de Educação (ENE), realizado em Brasília entre os dias 16 a 18 de junho. A segunda edição do ENE foi organizada pelo “Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!”, composto por CSP-Conlutas, Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, Anel, Fenet, Associação Brasileira dos Educadores Marxistas, MUP, Sepe, Conselho Federal de Serviço Social, Oposições (UNE; oposição da Apeoesp; CPERS) e executivas nacionais de estudantes (Educação Física, Serviço Social). Teve como tema central “Por um projeto classista e democrático de educação, contra o Ajuste Fiscal e a dívida pública”.

De acordo com a organização, participaram cerca de 2 mil pessoas, entre estudantes, professores e técnicos. E, na marcha do primeiro dia, 3 mil pessoas. As discussões nos Grupos de Trabalho e as intervenções em plenário se deram em torno dos seis eixos do Encontro: 1) gestão; 2) financiamento; 3) avaliação; 4) trabalho e formação dos trabalhadores da educação; 5) acesso e permanência; 6) gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais. Um aspecto de destaque nas intervenções foram as ocupações das escolas pelo movimento secundarista de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará (lembramos aqui também do movimento de Goiás).

A plenária final não foi deliberativa e a declaração final do encontro, lida pela mesa, não foi discutida, mas aprovada simbolicamente pela “plateia”. O ENE caracteriza-se por concentrar militantes, correntes e partidos que, em sua maioria, se opuseram ao processo de estatização dos sindicatos e movimentos realizados pelo PT no último período. O encontro também reflete as posições políticas desenvolvidas pelo PSTU, através da CSP-Conlutas, ANEL e algumas oposições sindicais nos sindicatos.

Passaram-se dois anos e o ENE não aprovou um plano concreto de luta

Durante o I ENE, realizado em 2014, as atenções estavam voltadas mais para as disputas em torno das eleições gerais do que para constituição de um plano de lutas. Serviu, em grande medida, para a propaganda eleitoral das “esquerdas”. Não se pode desconhecer que, entre os dois encontros, tivemos o 2º Congresso da CSP-Conlutas e dois Congressos do ANDES.

Em seu congresso, ocorrido há 12 meses, a CSP-Conlutas declarou que o momento exige “*unidade da classe na luta e a defesa de um programa dos interesses dos trabalhadores (...) ruptura dos acordos que garantem o pagamento da dívida pública (...) A unificação dessas lutas e demais processos de mobilização no rumo da construção da greve geral*”. E se propôs a “*construir uma verdadeira oposição de esquerda ao governo Dilma*”, uma saída dos trabalhadores. É sob essa política que vem sendo desenvolvida a oposição à esquerda ao petismo e consortes. Na educação, irradia-se, principalmente, através do ANDES. As entidades estudantis que compõe a ANEL e a Opo-

sição de Esquerda da UNE (JUNTOS, PCR, RUA, Vamos à Luta, JSOL, Domínio Público, Esquerda Marxista, Coletivo Construção), assim como as oposições sindicais no magistério, seguem as teses do ANDES, determinando o conteúdo político dos dois Encontros da Educação.

Em fevereiro de 2015, o ANDES fez seu 34º Congresso. Ocorreu no momento em que o governo federal cortava 7 bilhões de reais no orçamento anual da Educação, enquanto destinava R\$ 1,356 trilhão para o capital financeiro (dívida pública); em que as instituições estaduais de ensino superior lutavam contra

o arrocho salarial, estrangulamento orçamentário, ingerência e ameaças de fechamento de universidades. Ao mesmo tempo, o governo de Dilma Rousseff (PT) descarregava nas costas dos trabalhadores o peso da crise econômica mundial, com as MPs 664, 665, veto à correção de 6,5% na tabela do imposto de renda, confiscando parte dos ganhos salariais. Declaramos, na época, que, embora antigovernista, o 34º congresso, com sua restrição à democracia sindical e seu caráter academicista, não foi consequente em armar os docentes com

um programa que vinculasse as necessidades mais sentidas dos trabalhadores e o combate à privatização da educação.

Realizou o 35º congresso em janeiro de 2016, quando a economia já estava em franca recessão e as frações burguesas se unificavam para descarregar mais pesadamente a crise sobre as massas. O então Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, colocava como prioridade a reforma trabalhista e previdenciária. O ano de 2015 havia sido de luta contra os ataques. Foram inúmeras as manifestações e greves em vários setores, como metroviários, rodoviários, metalúrgicos, professores do ensino básico e superior, servidores federais de diversos órgãos, movimentos dos sem-teto, mulheres contra as leis obscurantistas contra o aborto, dentre outras. As dificuldades em romper a passividade, por um lado, e de superar o corporativismo, avançando na unidade sindical, por outro, foram os maiores obstáculos para enfrentar os governos.

A fragmentação sindical compareceu e comparece como, também, obstáculo para que o setor da educação se levante unido contra os ataques. A burocracia sindical cutista e estudantil (UNE, UBES, UMES) representa enclaves burgueses em meio aos trabalhadores e a juventude, combatendo a independência de classe e procurando arrastar as massas para a defesa do governo burguês do PT, sob a máscara de defesa dos direitos trabalhistas. Já a CSP-Conlutas, que dirige uma fração ultraminoritária dos sindicatos no país, se recusa a empunhar um programa de reivindicações transitórias e tem submetido as mobilizações à estratégia eleitoral pequeno-burguesa de “Alternativa dos Trabalhadores”, quando a tarefa é de transformar o instinto de luta dos assalariados em consciência política, relacionando a revolta das massas com a tarefa histórica de superação do capitalismo por meio do Programa de Transição, construído a partir da assimilação e aplicação do ma-

As dificuldades em romper a passividade, por um lado, e de superar o corporativismo, avançando na unidade sindical, por outro, foram os maiores obstáculos para enfrentar os governos. A fragmentação sindical compareceu e comparece como, também, obstáculo para que o setor da educação se levante unido contra os ataques.

terialismo científico às particularidades nacionais e das experiências do proletariado mundial. Os movimentos da educação, como parte do movimento mais geral dos trabalhadores no país, se defrontam com as dificuldades políticas e organizativas em garantir a unidade das massas contra os ataques do governo e patrões. Este problema tem de ser compreendido e respondido com a política revolucionária.

Instabilidade política e aprofundamento da crise econômica

Desta vez, o ENE se realiza em um momento marcado pelo aprofundamento da crise econômica mundial e seu agravamento no Brasil, notadamente nos últimos dois anos, potenciando enormemente a crise política e abrindo novas perspectivas à luta de classes. O despertar do movimento secundarista é a maior novidade. Ocorre que, diante dos ataques, a tarefa é libertar-se da política de conciliação de classes, que se esgota. A sorte da gangue de Michel Temer – e de seus aliados – depende do sucesso de seu governo em criar as condições favoráveis para maior exploração da força de trabalho. O que implica avançar nas demissões, aumento do custo de vida e retirada de direitos, retrocedendo nos investimentos públicos e no assistencialismo. Está aí por que o ponto de partida é a ação coletiva em torno das reivindicações comuns e concretas, isto é, contra a flexibilização capitalista e em defesa das condições de existência das massas. No quadro da educação, o avanço dos monopólios internacionais, o sucateamento, a retirada de direitos e a crescente intervenção empresarial, das igrejas e do Estado, em todos os níveis, evidencia que a crise está destruindo de cima a baixo as condições de trabalho e de estudo desse setor.

A educação no Brasil corresponde ao processo tardio de introdução do capitalismo pelos colonizadores. Inicialmente, esteve nas mãos da Igreja católica, que utilizou a educação para submeter os nativos. Com a industrialização e crescimento econômico verificado entre as décadas de 1930 e 1980, fundamentalmente, são constituídas as redes escolares públicas. Durante a ditadura militar (1964-1985) o poder do empresariado cresce. Nos governos do PT, os capitalistas da educação se beneficiaram largamente das políticas para o ensino superior.

É certo que o fundamento estrutural do caráter de classe da educação, ou seja, que é uma educação abstrata, decorativa, livresca e desvinculada da produção social, determina a impossibilidade da escola e a educação serem reformadas, transformando-as de acordo com os anseios e interesses históricos do proletariado e demais classes exploradas. O caráter público, por si só, não dá aos trabalhadores e estudantes o controle da educação, tampouco satisfaz plenamente suas necessidades. Entretanto, no Brasil, o sistema privado avançou a tal ponto nos últimos anos que coloca em risco o próprio funcionamento das universidades públicas, enquanto empresários enriquecem e veem suas dívidas perdoadas pelo governo.

Na educação básica, a destruição das condições de trabalho e estudo é devastadora. Ainda que prevaleça o setor público, a privatização avança sob variadas formas. A luta da educação tem, portanto, como ponto de partida concreto, o combate ao sistema

privado, com a bandeira de estatização sem indenização de toda rede, incorporação de estudantes e professores ao Sistema Único de Educação, laico, científico e com o controle coletivo pelos que estudam e trabalham. Essa bandeira se completa com a luta por emprego, salário e efetivação dos terceirizados. Essa política, proletária, implica romper com as ilusões gestadas pela burguesia. Acontece, porém, que as principais entidades do II ENE, como CSP-Conlutas, ANDES, ANEL e Oposição de Esquerda da UNE estão pela ilusória política pequeno-burguesa de melhoria da qualidade e democratização do acesso, quando a tarefa é lutar pelo programa proletário para educação.

A tarefa central do ENE era a de constituir uma frente única sindical pelo emprego, salário e direitos. Entretanto, o que tivemos foi um encontro festivo, desorganizado, artificial e, por conta da política de sua direção, incapaz de cumprir o objetivo de armar a juventude e demais explorados com um plano concreto de resistência e luta. “Aprofundar o debate”, e “acumular nas bases” foram suas máximas. Fortalecer uma “alternativa dos trabalhadores” diante do ajuste fiscal realizado por um Congresso corrupto, sua tônica. Justiça seja feita, houve uma deliberação concreta, bem verdade não precisaria do encontro para isso: realização de um Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e Gratuita em 11 de agosto, dia do estudante.

Marcha “Em defesa da Educação”

Essa foi a primeira atividade do Encontro. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) havia feito ato em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) contra o PL 257 e seus representantes também participaram do ato da educação. Ao mesmo tempo, em frente ao Ministério da Agricultura, ocorria um protesto de agricultores familiares, organizado pela Contag. Quando o movimento os encontrou, a intervenção no carro de som, que era de defesa de Dilma Rousseff, foi interrompida para saldar e aplaudir a marcha, que contava com cerca de 3 mil pessoas.

Na saída, os organizadores (ANDES à frente) informaram o percurso e a dinâmica da atividade, que ocuparíamos somente uma faixa da Avenida e que à frente iriam os carros da Polícia Militar, como acordado previamente entre as direções do movimento e das forças de repressão. Paralelamente, e muito rapidamente, colheram algumas inscrições para as intervenções no carro de som. Tivemos que ser rápidos. Decretaram que as intervenções seriam concedidas somente para as organizações da educação (comitês estaduais, sindicatos, DCEs, etc.) e não para partidos políticos. Pura manobra, pois todas as falas foram explicitamente partidárias.

As entidades organizadoras tiveram tempo privilegiado de fala, unidas na defesa do “Fora Temer” e construção de uma educação de “qualidade” e acessível para toda população. Desconheceram que o capitalismo está em fase de desagregação, e a educação comparece como forma de controle sobre as massas e como uma das apostas para valorização do capital. Para essas entidades, a democratização da educação é parte da democratização do Estado burguês. A luta democrática e unificadora seria o “Fora

Temer". Inversamente a tais abstrações, a unidade e democracia sindicais devem ser forjadas na defesa das reivindicações concretas dos explorados, como combate às demissões, em defesa dos salários, direitos sociais e trabalhistas e contra o saque imperialista das multinacionais e do capital financeiro. Em nossa intervenção no carro de som, tivemos dois minutos para dizer, em síntese, que o governo Dilma Rousseff foi derrubado por não servir mais aos interesses do conjunto da burguesia e que combater o golpe institucional exige a luta unitária, com independência de classe e pelo método da ação direta, colocando-se contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, em um contexto de avanço da escalada repressiva, no campo e na cidade.

Ao chegar ao MEC, em clima de carnaval, a maioria cantou e dançou enquanto as entidades organizadoras entregavam uma Carta aos assessores do ministro da Educação, denunciando os ataques ao ensino público. O caráter alegre e triunfante, aliás, permeou todo o Encontro, desde o clima festivo nos alojamentos, com seus "saraus" e "funks de protestos" até as declarações exitistas do grande sucesso do Encontro, que teria cumprido seu papel. A fala de encerramento foi feita por um dirigente da CSP-Conlutas e militante do PSTU. Disse que a derrubada do governo Dilma não deve ser tomada como golpe, pois tal caracterização implicaria a defesa do "volta Dilma" e que a única forma de combater o Congresso corrupto é construir a greve geral.

Esse raciocínio demonstra que passa longe da cabeça dos morenistas a luta independente do proletariado. Ao primeiro sinal de crise política e instabilidade, correm para evitar o pior para as instituições políticas da burguesia em troca de um suposto avanço das posições "contra-hegemônicas". Apelando aos argumentos morais (combater um Congresso corrupto) se enfileiram com parte da burguesia ao propor eleições gerais, como se o seu "fora todos" significasse algo além de oportunismo eleitoral. Assim, estão defendendo, com "novas regras", a normalização do sistema político, da democracia oligárquica brasileira, para se potencializar eleitoralmente com a falência do pseudo-reformismo do PT. Já a construção da greve geral é correta, se é que falam sério, desde que se trabalhe para garantir suas condições, desenvolvendo a frente única sindical que unifique a luta em torno das reivindicações contra as políticas antinacionais e antipopulares do atual governo golpista.

No final do ato, a Polícia Militar agrediu e prendeu 5 pessoas, entre estudantes e professores. A alegação era de depredação (pichação) do patrimônio. Sem saber quem pichou, escolheu quem mais se adequava ao "perfil" transgressor, de acordo com o adestramento racista da PM. Vendo a covarde agressão dos policiais, um dos diretores da associação docente de Feira de Santana tentou conversar com os policiais e foi alvo de spray, jogado ao chão e sua cabeça pisoteada. Foi também algemado e preso.

Construção do encontro e plenárias – simulacro de democracia

A despeito das recitações, como "projeto democrático", "debate" e "bases", o ENE não respeitou a democracia sindical, imprescindível para a unidade na luta. Muito pelo contrário, expressou um jogo de cartas marcadas. As contribuições vindas dos estados

– em seus encontros preparatórios – foram ignoradas, o envio de resoluções e textos por indivíduos ou correntes políticas foi vetado e, em nome do "consenso progressivo" (essa manobra burocrática), todas as divergências em relação à política da CSP-Conlutas, ANDES, etc., foram caladas. O encontro sequer foi consultivo, visto que as discussões e propostas feitas nos grupos de discussão e nos encontros preparatórios não foram debatidas ou mesmo divulgadas. Sabemos dos encontros realizados no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Roraima, Amazonas, Ceará, Maranhão, Goiás, Piauí, Espírito Santo, Paraíba e Bahia. O ENE desconsiderou esses encontros e suas contribuições. A eventual publicação de suas resoluções e demais contribuições nos *Anais* do Encontro, semanas ou meses depois – argumento utilizado pelos defensores do atual método –, de nada serve para defender os trabalhadores e estudantes contra os ataques do governo Temer.

Atuação da Corrente Proletária na Educação/POR

A CPE/POR teve atuação prévia ao ENE. As regionais da Bahia e Paraíba participaram com empenho da constituição dos comitês de educação estaduais e da organização dos encontros preparatórios. O Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública da Bahia é composto por várias organizações sindicais, estudantis e setores populares. Mantém atividades políticas e organizativas regulares e a Corrente Proletária constrói essa frente desde seu início, há mais de um ano. Seu encontro foi em Feira de Santana entre os dias 8 e 10 de abril, com participação de cerca de 200 pessoas. Da mesma forma, o Comitê da Paraíba fez seu encontro dia 21 de maio, com participação de 138 pessoas, precedido por mais de um ano de atividades de formação sobre a educação e reuniões organizativas.

A diferença entre os dois estados é que na Paraíba as correntes resistem ao Comitê. A ANEL nunca apareceu; a CSP-Conlutas precisou ser arrastada; outros participam aparentemente a contragosto e de forma irregular. Acontece que a constituição dos comitês estaduais foi aprovada nacionalmente por essas entidades, mas há incômodos em constitui-los com o POR e setores de oposição, que trabalham para que o Comitê se fortaleça. Ainda assim, avaliamos que no último período o Comitê está avançando, com importantes adesões. É inegável a necessidade da tática frentista. Na Bahia, a CPE também trabalhou pela constituição do comitê local, em Salvador. Ambos os encontros (Bahia e Paraíba) foram deliberativos e tiveram Cadernos de Textos para propostas de análise dos temas e resoluções sobre os eixos do ENE. A CPE elaborou suas contribuições, que foram debatidas e votadas nos dois estados.

Durante o encontro nacional, atuamos com o Manifesto "Que o II ENE aprove um plano de lutas contra o governo golpista de Temer (PMDB, PSDB e DEM)", com nossa banca de materiais, participação nos GTs e no Painel Temático organizado pelo ANDES. Fizemos uma intervenção na marcha e participamos da reunião da Frente de Esquerda Socialista, no último dia. Também distribuímos nossas propostas de resolução para os eixos temáticos, visto que o Encontro não contou com Cadernos de Textos, com objetivo de blindar a política pré-aprovada e impedir que o encontro fosse

democrático, baseado no debate de ideias.

Plenária da Frente de Esquerda Socialista

A plenária foi convocada pela Nova Organização Socialista (NOS) do Rio de Janeiro. Segundo seus representantes, sua intenção foi de divulgar a frente em formação, lembrando que já ocorreram reuniões no RJ e que está sendo montada em outras regiões. O objetivo é constituir um bloco de esquerda nos estados. Comparecemos com nosso boletim e fizemos duas intervenções.

A reunião contou com mais de cem militantes de vários estados. As correntes presentes tiveram cinco minutos para intervenção inicial, sendo elas LSR, Insurgência e APS (PSOL), Conspiração Socialista, PCB e Alicerce. A análise da crise política foi diversa. Sobre a bandeira de eleições gerais, algumas correntes a defenderam, outras se opuseram. Mas, no fundamental, todas as correntes – à exceção do POR – se imanamaram na defesa de um “programa mínimo” como forma de unificação, partindo do “Fora Temer” e construção da greve geral. Ou seja, exatamente a mesma política dos demais partidos organizadores do ENE. Houve quem defendesse, mais explicitamente, um programa mínimo de luta sem perder de vista a frente eleitoral ou a luta pela “alternativa dos trabalhadores”.

Em nossas duas intervenções, fizemos a caracterização de que,

apesar do triunfo do golpe institucional, a instabilidade política persiste e a condição para que o governo Temer se firme depende do seu êxito em garantir as condições para endurecer os ataques às massas. Que a maior debilidade dos explorados caracteriza-se pela ausência de uma política de classe, independente. Como ponto de partida, a tarefa é defender e impulsionar as reivindicações concretas das massas por sua sobrevivência.

Portanto, apesar das diferenças programáticas, tínhamos o dever de constituir uma frente de luta em torno dos problemas concretos dos trabalhadores. Essa frente não se consolida em torno de um “programa mínimo” ou “consensos políticos possíveis”, mas deve partir das reivindicações dos explorados, isto é, a defesa do emprego, salário, direitos, terra, moradia e saúde. Também destacamos que o “Fora Temer” não unifica, pois são vários os conteúdos empregados para essa bandeira.

O POR defende a política frentista e se esforça para sua consolidação, desde que baseada na unidade e na luta concreta, não unidade formal ou eleitoral, e que seja resguardado o princípio da democracia sindical (contrária ao método do consenso progressivo) e que as demais táticas (eleitoral, jurídica, etc.) devem estar subordinadas ao método da ação direta. Construindo a luta classista, o proletariado superará a influência burguesa. A luta na educação é parte deste processo de conquista da independência política.

POR REALIZA DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Realizou-se no domingo, dia 26 de junho, na Lapa, um debate convocado pelo POR sobre a questão da violência contra a mulher. A atividade havia sido indicada por um encontro anterior da Corrente Proletária Estudantil. A ideia de dar continuidade com o novo tema surgiu em função da realidade vivida nas escolas e bairros da periferia, principalmente, onde a opressão sobre as mulheres se manifesta de forma mais aguda. Em outras palavras, o assunto emergiu devido à necessidade prática de enfrentar a violência.

A discussão se deu a partir de uma exposição de dados estatísticos sobre o trabalho, educação e violência. Durante a análise coletiva, os próprios dados foram questionados em função das fontes serem instituições do governo (IBGE, SUS etc.). Estes possuem interesses em ocultar ou amenizar certos aspectos da opressão. Um caso que se destaca é o do emprego. Dependendo do que se considera como “trabalho”, os números podem ser inflados, por exemplo. Mas, a questão da confiabilidade das informações não se resume às suas fontes. Existe o problema do receio de denunciar certas situações, o que é particularmente importante nas estatísticas sobre violência.

Apesar dessas considerações, o que pôde ser constatado a partir dos números é uma realidade de brutal opressão sobre as mulheres. Cerca de 40,8% de mulheres estão inseridas no mercado de trabalho formal (em 2007). Em 1999, 7,5% possuía 12 anos de estudo. Oito anos depois, o índice subiu para 11,9%. Os homens, nos mesmos anos, correspondiam a 6,8% e 9,7%, respectivamente. Entre aqueles que recebem até dois salários mínimos, as mulheres são 63,5% (2007). Na comparação entre os estatutários e os celetistas (CLT), verifica-se uma diferença favorável às mulheres: 29,9%, contra 14,6% para os homens (2007). A conclusão é que as mulheres precisam estudar mais, pois ge-

ralmente são preteridas em relação aos homens pelas empresas. Uma parte busca a alternativa dos concursos, mas para a maioria sobra o subemprego, tendo de suportar a dupla ou tripla jornada, recebendo menos que o homem em média.

Os dados sobre violência de 2011 apontam que, em relação ao estupro, as vítimas são 88,5% mulheres, 70,1% têm até 17 anos e 51,2% são pretas e pardas. Quanto às agressões, pode-se ver que o pai, a mãe e o padrasto são os principais agressores de crianças e adolescentes mulheres. Conforme vai passando da juventude à vida adulta, passa a ser agredida pelo cônjuge, namorado e ex-marido. 27,1% das agressões acontece em casa, 48,8% dos homicídios ocorre por arma de fogo (informações de 2013). A taxa de homicídios de mulheres negras permanece sempre mais elevada do que a de mulheres brancas, de 2003 a 2013. O Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial com 83 países de taxas de homicídios de mulheres (4,8 por 100 mil habitantes, dado de 2013).

As informações revelam a barbárie que recai sobre a mulher brasileira. E contrastam com as análises otimistas da burguesia e reformistas, como no caso do nível de instrução, como apontado acima (elevação de 7,5% para 11,9%). Oculta-se a exclusão da imensa maioria como se isso não fosse relevante. A observação dos fatores isoladamente e sem abarcar as informações de conjunto acaba distorcendo a realidade.

As considerações finais caminharam para a avaliação das respostas políticas. A militância *porista* se colocou com a consigna de “combater com o programa da classe operária”. O que significa lutar, com os métodos da luta de classes, a partir das reivindicações imediatas, como incorporação à produção; salário igual, trabalho igual etc. Mas não se deter nessas reivindicações, estabelecendo a ponte, em cada situação, para a solução do problema desde sua raiz, que é o capitalismo apodrecido.

Nesta edição:

- Massacre em Orlando
- O capitalismo jamais acabará com a discriminação do homossexual
- Realizado o 47º Congresso ordinário do Partido Operário Revolucionário da Bolívia
- México: Peña Nieto reprime, prende e mata professores
- Inglaterra sai da União Europeia (UE)

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Massacre em Orlando

O fuzilamento na casa noturna Pulse, em Orlando, Flórida, matou 49 e feriu 53. Omar Mateen, o atirador, foi morto pela polícia. Em termos frios, esse foi o resultado da madrugada de terror do dia 12 de junho. O massacre é considerado o maior entre os inúmeros que já ocorreram nos Estados Unidos.

Os homossexuais (LGBT) foram o alvo da matança. Primeiramente, atribuíram o rio de sangue a um ato terrorista do Estado Islâmico (EI). Em seguida, os órgãos de segurança reconheceram que Matteen não era um terrorista organizado. Nascido nos Estados Unidos de pais afegãos, mulçumanos, o atirador já havia sido investigado pelo FBI. As suspeitas de ligação com o jihadismo não se confirmaram. A denúncia de que se tratava de um atentado político internacional, portanto, não prosperou.

Apesar da evidência de que não se tratava de um atentado orientado pelo EI, Obama aproveitou para exortar os americanos a combater internamente “a ideologia extremista dos jihadistas”, como parte da segurança dos EUA contra os “planos engendrados a partir do exterior”. Em plena disputa eleitoral para a presidência da República, a tragédia de Orlando serviu de assunto para o republicano Donald Trump. Em um discurso de campanha, prometeu: “Suspenderei a imigração de áreas do mundo onde há uma história provada de terrorismo”. Hillary Clinton, por sua vez, não comungou com seu adversário, mas reproduziu a sua essência, discorrendo sobre o objetivo de aumentar o cerco ao jihadismo. Eis: “O que ocorreu em Orlando torna ainda mais claro que precisamos derrotar essa ameaça.” O pai de Omar Mateen rechaçou a suspeita de qualquer vínculo com o terrorismo e relatou um episódio em que seu filho ficou horrorizado ao ver dois homossexuais se beijando.

Nota-se que a distorção política promovida pelas autoridades norte-americanas, pelos candidatos em campanha e pelos meios de comunicação serviu, em um primeiro momento, para ocultar o real motivo e, em um segundo, para quebrar o impacto da verdade. O assassino decidiu por esse ato não porque era muçulmano e adepto do terrorismo político, mas por expressar o gigantesco ódio aos homossexuais que continua a existir no mais avançado país e em todo o mundo.

Bob Domenico, do Centro para a Comunidade LGBT do Centro da Flórida, reconheceu com clareza de que se tratou de um ataque homofóbico. O clérigo islâmico, Muhammad Musri, da Flórida, correu à televisão para justificar que o ato de Omar Mateen é oposto aos princípios da religião muçulmana. Bob Domenico recebeu a visita do

clérigo no Centro da Comunidade LGBT para prestar solidariedade às vítimas. Em entrevista conjunta, condenaram a violência. Domenico considerou que o sentimento de ódio homofóbico entre os muçulmanos é “muito isolado”. E lembrou o atentado em Charleston, Carolina do Sul, em uma importante igreja afro-americana, que resultou na morte de 9 fiéis. Eis a conclusão de Domenico: “A diferença é que quando o atirador tem um nome muçulmano, ele é chamado de terrorista. Se é branco e cristão, ele é acusado de cometer crime de ódio.”

Se os islâmicos norte-americanos precisaram explicar que nada tinham a ver com o massacre e que sua religião é contrária à violência, a Igreja Batista Westboro, a Igreja da Palavra Fiel e a Igreja Batista da Verdade fizeram exatamente o contrário. “Deus mandou o atirador para Pulse em Orlando”. “Vocês estão tristes porque 50 pedófilos foram mortos hoje?”. “Eu não estou triste com isso, eu não vou chorar, porque 50 pessoas baleadas no bar gay iriam morrer de aids, sífilis ou de outras coisas”. Esses foram alguns dos pronunciamentos de pastores das respectivas igrejas. Não sabemos se a promessa de realizar uma manifestação religiosa no dia do enterro das vítimas, em Orlando, para comemorar o assassinato foi cumprida. Sabemos, porém, que Terry DeCarlo, diretor do Centro LGBT, pediu proteção à polícia.

Essa sequência de fatos é importante para se compreender a que ponto chegou a barbárie capitalista e suas implicações político-religiosas. O atentado contra os homossexuais em Orlando tanto poderia partir de um membro do islamismo, quanto dos evangélicos ou de qualquer outra religião. O ódio homofóbico está disseminado no seio da sociedade. Apesar das campanhas pela igualdade de “gênero” e da conquista de direitos civis e sociais, o amor homossexual continua a ser condenado e perseguido.

A chacina de Orlando tomou de surpresa os homossexuais. Jamais se pensaria que a discriminação, a opressão e o ódio homofóbico chegariam a esse ponto no centro do capitalismo mundial. É sintomática a estupefação de Bob Domenico: “Foi um choque porque nos últimos anos nós nos sentimos mais e mais aceitos e queridos. A administração de Barack Obama fez coisas maravilhosas para a comunidade e nós temos um novo nível de proteção”.

A que se deve esse choque? Evidentemente, à conquista de direitos civis e sociais. Sob o governo dos democratas, o casamento homossexual foi regulamentado. Exala um clima de relativa liberdade de expressão pública do homossexualismo, principalmente nos grandes centros e regiões mais cosmopolitas. Frente ao massacre, portanto, se

discute se não está havendo uma reação dos conservadores e reacionários diante de tais avanços progressivos.

É bem possível que a decisão de Omar Mateen reflita em parte um choque dos homofóbicos com as medidas liberais admitidas pelo Estado e com as manifestações públicas comportamentais. É o que relata o pai de Mateen sobre o seu assombro diante de um simples beijo entre duas pessoas do mesmo sexo. É claro que tais reações se dão na superfície dos comportamentos, das atitudes e das mentalidades socialmente formadas.

A aprovação de algumas igrejas evangélicas do uso da violência contra os homossexuais indica que o monstruoso fato isolado está amparado por importantes camadas e setores sociais. Mais ainda, a facilidade com que pastores incitam o ódio em nome de deus e da família é uma prova de que se desenvolve nas entranhas da sociedade norte-americana uma feroz homofobia.

Nada modifica nessa mentalidade e ação reacionária o fato de Obama lamentar perante “todos os nossos amigos, nossos compatriotas americanos que são lésbicas, gays, bissexuais ou transgênero.” É preciso escavar fundo e encontrar a raiz da violência que recai sobre os homossexuais simplesmente porque a natureza não dotou todos os homens e mulheres da heterossexualidade e porque na sociedade se estabeleceu uma arbitrária discriminação social e moral.

O ponto de partida está em reconhecer que tal discriminação, marginalização e repressão não se atêm aos homossexuais. A matança coletiva na igreja afro-americana pode mostrar o caminho por onde encontrar a ligação de uma rede de discriminações, cujas consequências são as mais diversas. Os Estados Unidos continuam a abrigar um feroz racismo. Os imigrantes não têm melhor sorte.

Assistimos ao candidato Donald Trump apresentar em sua plataforma eleitoral uma diretriz de caça aos imigrantes e de suspeição àqueles que vierem de países e regiões conflituosas de terroristas, de muçulmanos jihadistas, etc. Nota-se que a xenofobia é irmã da homofobia. Enfim, todas as discriminações têm laços de paternidade, vêm da mesma fonte. Não por acaso, no justo momento em que ocorre a tragédia de Orlando, os norte-americanos estão sendo intoxicados com discursos discriminadores, xenofóbicos, homofóbicos e racistas.

Por mais que a burguesia, seus porta-vozes e sua esquerda acadêmica procurem encontrar explicações isoladas para cada caso, os acontecimentos se encarregam de demonstrar seus vasos comunicantes e indicam o caminho para se encontrar as causas de fundo comuns. O ataque aos negros que professavam sua fé na igreja afro norte-americana, o ataque a uma clínica que realizava aborto e agora o ataque à casa noturna de homossexuais testemunham que se trata de um fenômeno estrutural, de classe e inerente ao capitalismo.

Segundo o advogado da União Americana para Liberdades Civis, Chase Strangio, “somente nos últimos meses 200 projetos de lei de inspiração religiosa foram apresentados em Estados americanos para restringir direitos ou permitir discriminação contra a comunidade LGBT”. É evidente que as discriminações estão entranhadas na política burguesa. No entanto, trata-se apenas de um reflexo no Estado das relações sociais engendradas pelo capitalismo, portanto, pela opressão de classe.

No seio da sociedade vivem e se movem poderosas forças sociais que se opõem à igualdade e ao fim das discriminações, em sua base

estão as relações de propriedade, a exploração do homem pelo homem, a alta concentração de riqueza e a pobreza das massas. O edifício das discriminações tem em seu piso as distinções de classe, sejam em relação à mulher, ao homossexual, ao negro, ao imigrante, etc. O edifício é um só com uma única base de sustentação. A fonte de toda discriminação é a discriminação de classe, que se manifesta na exploração capitalista do trabalho.

Evidentemente, há particularidades, que devem ser entendidas e respondidas justamente para evidenciar a base geral de toda discriminação. Por refletirem as profundas contradições da sociedade de classe, é que emergem inevitavelmente movimentos por reformas e adaptações sociais. Não há unanimidade no interior da burguesia, de sua política e de seus aparatos ideológicos. Está aí à plena luz do dia a exposição de diferenças entre os candidatos Donald Trump e Hillary Clinton. As igrejas também não se posicionaram por igual diante do massacre de Orlando.

O papa aproveitou para relançar a famosa frase: “Quem sou eu para condenar os gays?”. E externou o pensamento de que “a Igreja deve se desculpar com os gays”. Ao mesmo tempo, católicos e evangélicos marchavam na cidade de Santa Cruz, Bolívia, contra a “Lei de Igualdade de Gênero”, promovida pelo governo de Evo Morales.

Ocorrem embates no interior da política burguesa em torno das discriminações, embates que são determinados pelos interesses da própria burguesia. Adotam-se leis que conferem direitos civis e sociais, mas que no essencial não têm como alterar os fundamentos materiais das discriminações e da consequente violência reacionária. Não por acaso, via de regra, os movimentos LGBTs se acham condicionados pela política burguesa e pelas aspirações de classe média de encontrar no capitalismo um lugar ao sol.

O bárbaro acontecimento de Orlando traz um importante ensinamento: homossexuais, negros, mulheres e imigrantes sofrem as consequências do capitalismo decadente, que deve ceder lugar à sociedade sem classes, na qual desaparecerão as causas econômicas e sociais da discriminação e da violência. A classe operária se acha em atraso político e organizativo diante dessa grande tarefa histórica. Mas já sente a necessidade de reagir como classe revolucionária ao capitalismo putrefato. Seu programa responde ao objetivo de acabar com toda forma de exploração do homem pelo homem e assim superar toda forma de discriminação e opressão social.

Há que se trabalhar com afinco pela construção dos partidos revolucionários, que como tais encarnam o programa de reivindicações contra as discriminações e as ligam ao objetivo da revolução social. O Partido Operário Revolucionário (POR) envia sua solidariedade às vítimas de Orlando com o punho cerrado contra a burguesia, o capitalismo e suas instituições obscurantistas. O POR rechaça as lamentações de Barack Obama, a hipocrisia de Hillary Clinton e os impropérios do fascista Donald Trump. O POR alerta os movimentos LGBTs de que não há possibilidade de o capitalismo fazer reformas que acabem com as discriminações e eliminem a violência reacionária. O POR considera que a tarefa fundamental é organizar a luta proletária, revolucionária, das massas oprimidas por um programa de reivindicações que responda a toda forma de opressão de classe. O POR convoca a vanguarda consciente a cerrar fileiras em torno da concepção marxista sobre a exploração e opressão de classe.

O edifício das discriminações tem em seu piso as distinções de classe, sejam em relação à mulher, ao homossexual, ao negro, ao imigrante, etc. O edifício é um só com uma única base de sustentação. A fonte de toda discriminação é a discriminação de classe, que se manifesta na exploração capitalista do trabalho.

O capitalismo jamais acabará com a discriminação do homossexual

A discriminação contra homossexuais é obra da sociedade de classes. O marxismo está obrigado a compreender suas determinações materiais e expor suas raízes históricas. E as encontra no organismo social que constitui a célula econômica da sociedade: a família. De forma que a livre manifestação do amor sexual depende da extinção da família na sua forma burguesa.

Certamente, a experiência histórica demonstra que as relações entre o Estado burguês e as camadas da população homossexual passam por diversas fases e contradições segundo se operam as mudanças nas relações entre as classes e na superestrutura política. Somente sobre essa base se pode compreender e explicar o avanço e os recuos, assim como o caráter e o conteúdo das mudanças que se operaram no campo jurídico e legal em relação aos direitos civis dos homossexuais.

Nesse percurso do avanço dos direitos civis foi a pequena burguesia quem tomou a frente dos movimentos. Tratou-se de um reflexo de sua ascendência política em condições de refluxo do movimento operário, de avanço da degenerescência estalinista e de destruição da direção que encarnava a revolução socialista mundial. De forma que os objetivos, as reivindicações e os métodos dos movimentos de homossexuais refletem tanto os interesses, quanto as limitações dessa classe. O Estado burguês não fez outra coisa a não ser adaptar suas reivindicações e institucionalizar seus movimentos.

É necessário ainda assinalar aqui que a primeira divisão do trabalho aconteceu no seio da família em condições que obrigaram às sociedades primitivas a realizar uma divisão “natural” do trabalho na base das particularidades biológicas dos sexos, objetivando assim garantir a reprodução da espécie em face das forças naturais hostis. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada, essa divisão “natural” foi subordinando-se progressivamente à divisão social do trabalho na base das forças produtivas sociais conquistadas pela humanidade e resultantes da apropriação privada do excedente econômico pelo homem-proprietário.

É nessas condições históricas que surgem e desenvolvem as noções ideológicas que assinalam aos relacionamentos sexuais como sendo “naturais” ou “antinaturais”. No capitalismo, ora seja sob a cobertura das “determinações biológicas naturais”, ora seja sob das “determinações divinas”, a base histórica e social de se considerar o amor sexual entre homem e mulher como o único “natural” tem por fundamento a preservação das relações sociais no seio da família que servem de veículo à reprodução da propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho e a escravização da mulher.

A “exclusividade” sexual da mulher no matrimônio e na família no capitalismo constitui uma garantia para assegurar esse fundamento no seio da classe proprietária dos meios de produção, através da herança. A vida sexual individual do homem-proprietário fora dela não foi objeto de legislação ou de perseguição social e jurídica enquanto não afetasse esse fundamento basilar do capitalismo.

O contrário é verdadeiro para a família operária. Nela não existem bens, nem propriedades a serem herdados. A família proletária, diferentemente da burguesa, é uma instituição social e econômica em estado de constância desintegração. Por outro lado, o modo de produção capitalista não impõe ao proletariado nenhuma forma particular de organização familiar enquanto se reproduza em quantidade e com capacidades físico-intelectuais suficientes para suprir as necessidades do capital na produção social. No entanto, no percurso do capitalismo, cresceram as dispensas e as campanhas públicas para evitar as consequências da desagregação familiar entre os proletários. A burguesia

promoveu medidas objetivando sedimentar entre os explorados a necessidade da família monogâmica individual. O que exigia reforçar por sua vez as noções ideológicas do amor sexual heterossexual como o único “natural”. Tratava-se, em última instância, de colocar aos cuidados das famílias proletárias as velhas e novas gerações do operariado. E fazer da família o esteio da reprodução da ideologia da classe dominante.

Reconhecimento legal dos casais e uniões civis de homossexuais no capitalismo

Os avanços da legislação sobre casamentos e uniões civis de homossexuais, o reconhecimento de direitos previdenciários e de atenção à saúde de parceiros de uniões estáveis, a promulgação de novos códigos civis e as ações da justiça criminal sobre os chamados de “violência por motivações sexuais” ou “homofobia”, de conjunto, representam avanços na jurisprudência civil e penal burguesa. Refletem os avanços dos movimentos no caminho de sua organização social e política em torno do princípio democrático burguês de aplicação da “igualdade dos indivíduos perante a lei”. O Estado burguês reconhece, por sua vez, a existência de indivíduos que foram impedidos de usufruir de direitos elementares estabelecidos pela própria burguesia no seu percurso histórico. Ao fazê-lo, não aceita um fundamento contrário a seus interesses. Ao contrário, cria as condições de sua reprodução diante das diversas manifestações do amor sexual no seio das famílias individuais da sociedade burguesa.

Por que a burguesia e seu Estado tiveram de avançar na legislação e na jurisprudência que favorecem a institucionalização dos casamentos e uniões de homossexuais? E mais ainda quando a Igreja acirrava seus ataques obscurantistas ao amor homossexual em quaisquer de suas formas? Evidentemente, existiram não somente razões da ordem política - importância eleitoral dos movimentos e a necessidade de conter suas manifestações no campo da institucionalidade burguesa - como econômica e ideológica.

Em primeiro lugar, a legalização dos casamentos e uniões civis de homossexuais são apenas uma das formas que adquire a família monogâmica individual na sua forma especificamente burguesa. Isto porque essa preserva seu conteúdo econômico e seu fundamento ideológico: a herança. Basta comprovar os laços consanguíneos ou certificar a guarda legal para preservar esse fundamento.

Em segundo lugar, porque os direitos civis - a exemplo do reconhecimento jurídico do vínculo e do direito dos cônjuges à previdência social e aos planos de saúde - expressa o anseio das camadas médias e sua solução, embora parcial, fortalece as ilusões democrático burguesas nas vias reformistas. Isso permitiu à burguesia administrar política e eleitoralmente um setor das classes médias urbanas.

Terceiro, porque esse reconhecimento jurídico e legal aumenta o poder repressivo do Estado no seio da sociedade. A punição e criminalização da violência exercida contra as pessoas em razão de sua sexualidade, certamente, limita circunstancial e temporalmente o avanço desse crime em particular. Porém, sob a máscara de um problema jurídico-legal se escondem as reais causas da violência contra os homossexuais: a opressão de classe, a propriedade privada individual e a economia doméstica. O fortalecimento do Estado e sua capacidade repressiva, em última instância, favorecem esses preceitos.

Em quarto lugar, porque a legalização dos casais de homossexuais abre caminho ao reconhecimento e ampliação dos negócios capitalistas em diversos ramos econômicos, dirigidos exclusivamente ao mercado de consumo homossexual, a exemplo do turismo, da saúde (tratamen-

tos cirúrgicos especializados, planos de saúde particularizados, etc.), clubes “especializados”, etc.

Salta à luz do dia, porém, que essas mudanças moleculares se operaram em descompasso às estruturas ideológicas e políticas que em grande parte permaneceram petrificadas nas antigas concepções. Esse fato se explica, de um lado, porque a consciência das classes se desenvolve seguindo leis próprias e em meio a estruturas psicológicas de classe que perduram e se mantêm em vigência ainda que em aberta contradição com as mudanças operadas. De outro, porque esse percurso se realiza em meio a contradições que surgem da interpenetração dialética entre os princípios e interesses burgueses com formas sociais e ideológicas herdadas ou assimiladas ao aparelho de dominação da burguesia como classe dominante. Isso explica porque a maior reserva do reacionarismo ideológico não se encontra nas frações da burguesia monopolista, mas na pequena burguesia atrasada e inoculada pelo veneno religioso. Eficaz reserva social do reacionarismo social e que se manifesta mais ou menos abertamente de acordo com os avanços à desagregação social e econômica do capitalismo.

A reação obscurantista contra o amor sexual como assunto privado das pessoas

Coube às Igrejas cumprirem o papel de polícia moral da família burguesa. O que exigia da burguesia incorporar o obscurantismo religioso como arma ideológica de sua dominação contra o proletariado.

Observa-se que a “concepção religiosa” da família determinou, em grande parte, a atitude das classes burguesas e pequeno-burguesas para com a homossexualidade, rotulando-a como desvio dos costumes e das leis “naturais”. O fundamental está em que, para as religiões, o amor homossexual não constitui um fator reprodutivo da espécie “criada por Deus”, que fez da mulher a “reprodutora” e do homem o “provedor”. Essa divisão de “funções” seria uma determinação da ordem divina que responde pela ordem natural. E toda ação dos homens e mulheres que a contrarie é, portanto, uma “ofensa contra Deus e suas leis”.

Evidentemente, essas considerações não passam de coberturas metafísicas e idealistas de interesses econômicos concretos. Na década de 1980, o professor Jhon Boswell, da Universidade de Yale, EUA, publicou no estudo *“Christianity, Social Tolerance and Homosexuality”* uma demonstração histórica de que o amor sexual homossexual foi tolerado pela hierarquia católica por um longo período histórico. Tratava-se do reverso da proibição do matrimônio entre os sacerdotes e que tinha por objetivo evitar que as terras da Igreja fossem herdadas pelo filho maior do progenitor, como estabeleciam as leis feudais. Mas, ao decretarem a proibição do matrimônio heterossexual no seio da Igreja e quaisquer formas de convívio entre padres e mulheres, foram aceitos ou tolerados os relacionamentos homossexuais. Entre os séculos XI e XII, Boswell constata o desenvolvimento exponencial do homossexualismo dentro das Igrejas. Somente no *Terceiro Concílio Lateranense* (1179), foram proibidas manifestações do amor sexual entre padres. O grande peso da hierarquia eclesiástica nos Estados feudais impuseram essas determinações para toda a sociedade. E estabeleceu-se a pena de morte, na maior parte da Europa medieval, a quem praticasse o amor homossexual.

A questão é que o amor homossexual nunca foi um freio à reprodução da espécie humana. O maior perigo esteve sempre nas doenças, nas guerras, na miséria e outras tragédias que dizimavam as populações. Na medida em que o desenvolvimento da técnica aperfeiçoou o domínio do homem sobre a natureza e avançou ao controle e cura das doenças, a reprodução da espécie humana foi também se aperfeiçoando e mais se estendia a expectativa de vida. Com a conquista de avanços na medicina, na química, na produção de vacinas, nos tratamentos da saúde, com a melhoria dos sistemas de tratamento de águas e esgotos, etc., o “crime de sodomia” foi perdendo assim sustentação

ideológica.

Submissão do Estado burguês ao obscurantismo religioso

A burguesia na luta por consolidar seu poder desenvolveu uma batalha contra o reacionarismo eclesiástico, enquanto esse expressava os interesses das classes feudais e das monarquias. Uma vez que a Igreja se subordinou aos interesses da nova classe dominante, passou integrá-la ao seu aparelho de dominação ideológica. A burguesia pagou, porém, seu tributo à instituição obscurantista que demonstrava ser um instrumento eficaz para manterem no atraso os explorados. É o que se observa no texto *“A revolução da família: As raízes marxistas do homossexualismo”*. Sua autora, Hillary White, critica os movimentos “LGBT” por terem por base as concepções marxistas. Basta por ora essa só referência para demonstrar como os preconceitos religiosos se subordinaram aos interesses capitalistas.

No Brasil, esse processo de interdependência entre a religião e o Estado assumiu a forma da integração das igrejas às instituições burguesas transformando-se em “comitês eleitorais”, ora para os padres e pastores calcar postos no Estado burguês, ora para ampliar o domínio eleitoral dos partidos da ordem burguesa sobre os oprimidos. Está aí por que as relações entre Estado burguês e Igrejas acham sua mais ampla expressão na constituição de uma bancada parlamentar religiosa. Esse bloco serve à burguesia como um cimento ideológico de seu reacionarismo na etapa de decadência e barbárie do regime capitalista. E serve particularmente às combinações parlamentares para a aprovação ou rejeição das medidas exigidas pela burguesia mundial contra os explorados. As leis de Antiterrorismo, de maioria penal, contra o aborto e tantas outras que atacam direitos civis, políticos e sociais dos oprimidos são vigorosamente impulsionadas pelo obscurantismo religioso no seio do Congresso Nacional. Entretanto, as igrejas exigem em troca que o Estado burguês assumira a posição obscurantista de rejeição aos direitos dos homossexuais. E, fundamentalmente, destine parte dos recursos orçamentários para seus negócios e subsidiem as igrejas.

Os limites do movimento pequeno-burguês pela igualdade

Do que temos dito se desprende que a tão defendida “libertação sexual” no capitalismo diz respeito, de um lado, ao reconhecimento da homossexualidade, “normatizando” socialmente sua livre expressão e, de outro, o seu reconhecimento legal e civil. São reivindicações democráticas contra a discriminação na vida social e na jurisprudência. Devem ser apoiadas sempre que o movimento se chocar com o Estado e com todas as instituições que sustentam a opressão.

Os movimentos LGBT, em sua esmagadora maioria, apresentam seus limites apegando-se à luta pelos direitos civis. Coube à pequena burguesia acadêmica o papel de criadora de uma espécie de cobertura “teórica” para justificar esse limite, disfarçando o caráter pequeno burguês das bandeiras políticas e das reivindicações, entre elas a da “libertação sexual”. Está aí por que, via de regra, não se colocam pela destruição da família como unidade e célula econômica da sociedade de classes.

É na base dessas movimentações de camadas da classe média que prolifera a concepção idealista sobre a possibilidade de acabar de vez com a discriminação contra os homossexuais pela via de reformas democráticas e sociais no capitalismo. Está aí por que servem de base social à pseudoteoria de “gênero” - que diz respeito à discriminação contra os homossexuais como sendo uma “opressão social” à parte e paralela à opressão de classe e um fenômeno social com leis e formas próprias de desenvolvimento histórico. Alimentam em setores da classe média falsas concepções de que é possível acabar ou limitar as chagas sociais que resultam da sociedade de classes na base das ações e medidas culturais, pedagógicas e coercitivas. De forma que com o

objetivo de “desconstrução ideológica” das condicionantes culturais da discriminação contra os homossexuais o movimento pequeno-burguês procura resolver “idealmente” o que tem de se resolver “praticamente”, pela luta de classes, criando as condições históricas para o surgimento de novas relações familiares.

O fundamental para os marxistas está em que a dominação do capital e a libertação dos oprimidos da opressão de classe - sob qualquer forma de manifestação particular que essa se expresse - são fenômenos irreconciliáveis. A luta no plano da ideologia e dos valores contra a opressão que travam os revolucionários contra a ideologia da classe dominante em todos os campos é, por isso, demarcada pelo princípio da igualdade e pela diretriz histórica da emancipação. E o programa que a realiza passa pela apropriação coletiva das condições de essa emancipação: a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Essa premissa parte da caracterização de que é a forma em que cada indivíduo produz e reproduz suas condições de existência social, no marco de relações sociais de produção dadas, que, em última instância, determina a hierarquia por meio da qual se ordenam suas vivências e experiências sensíveis com o mundo material e com seu próprio corpo. Isso explica porque os

valores morais em que essas se expressam manifestam-se nas noções ideológicas que envolvem a vida sexual.

Nenhuma sociedade de classes possibilitou a realização do princípio elementar de que a vida sexual é de ordem privada, de forma que as relações afetivas dizem respeito apenas a quem as constrói, de maneira que a sociedade não tem de interferir, ditar normas, valores, etc. É uma tarefa do proletariado a de varrer a influência da Igreja e do Estado na vida íntima das pessoas. E pôr a sexualidade como um assunto privado que diz respeito apenas aos envolvidos.

A livre manifestação do amor sexual exige a mudança das condições de existência social. Em outros termos: acabar com a família como célula econômica da sociedade de classes. Não se pode desconhecer nem por um só minuto que será apenas quando a coletividade humana emancipada assumir as tarefas domésticas como funções sociais realizadas cientificamente e coletivamente pelo Estado, que finalmente o amor sexual - em suas diversas manifestações - se libertará das cadeias que lhe exigiam servir de instrumento à preservação da propriedade privada e das noções ideológicas que lhe serviam de cobertura social. As novas condições se espelharão assim no surgimento de uma nova família, baseada na igualdade dos seres humanos.

Bolívia

Realizado o 47º Congresso ordinário do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

O Congresso foi realizado em Cochabamba no dia 25 de junho. A pauta: 1) balanço político da direção; 2) informe das seções do Comitê de Enlace (Brasil, Chile e Argentina); 3) informe das regionais; 4) resolução política.

1) foi ressaltado acerto da caracterização de que o governo de Evo Morales havia se esgotado e que emergia uma tendência no seio dos explorados de rompimento com o Movimento ao Socialismo (MAS). O que favorecia a luta do POR pela independência de classe do proletariado e dos demais oprimidos. Nesse sentido, a campanha pelo NÃO no referendo que colocava a possibilidade ou não de novo mandato de Evo foi muito importante, por se vincular ao sentimento de revolta dos oprimidos e por se diferenciar da direita burguesa. O informe demonstrou o avanço da penetração da política revolucionária no operariado fabril e nos mineiros. É muito importante a tarefa de formação de quadros que dominem o programa e a teoria revolucionária uma vez que há uma possibilidade do partido crescer rapidamente. As deficiências organizativas e de formação devem ser sanadas. De forma que o POR se destaca como a força revolucionária opositora ao governo do MAS.

2) os informes convergiram para a ampliação e aprofundamento da crise econômica e política em seus respectivos países, como parte da crise da América Latina e mundial. Ressaltaram a tarefa comum de penetrar na classe operária e fortalecer a formação de quadros marxistas. No Chile, em especial, a tarefa é a de estruturar o partido sobre a base de células e constituir o programa da revolução proletária. O informe do Brasil avaliou o acerto da linha política em relação ao golpe de Estado, a crítica programática ao reformismo petista e a defesa da estratégia de poder próprio da classe operária. Trata-se de aproveitar a justeza da linha para ampliar os quadros partidários e potenciar o partido-programa. Quanto à seção argentina, é importante a constatação de que o governo antinacional e antipopular de Macri iniciou seu mandato sob contestação dos explorados. O POR estava diante de uma situação favorável para se potenciar, uma vez que a política democra-

tizante das esquerdas não tem como impulsionar a luta independente da classe operária.

3) não cabe aqui relatar informes internos. Mas se destacou a crítica sobre a necessidade de aperfeiçoar o trabalho organizativo do partido, em função da quebra das ilusões das massas no governo do MAS, da tendência ao ascenso em setores mais radicalizados e da necessidade de avançar a penetração no proletariado.

4) a resolução apresentada foi discutida, aprovada em linha geral e modificada em alguns pontos. Inicia demonstrando que a crise que arrasta a economia boliviana e determina o fracasso do governo de Evo Morales é parte de um processo mais geral de desmoronamento de governos que posaram de nacionalistas e reformistas, seja em nome do socialismo ou não. A resolução ainda em sua introdução reconhece que com muita dificuldade o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional avança no sentido de constituir o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional). Destaca a tarefa de construir os partidos-programas. A resolução em sua linha geral traça uma diretriz de luta pela independência política dos explorados, superação da fragmentação dos movimentos, unificação do combate sob a direção do POR e a luta pelo poder, sob a direção do proletariado. A luta operária em torno da ENATEX exigiu um ajuste na caracterização quanto às tendências de luta. Apesar das debilidades, as condições para lutar pela superação da crise de direção revolucionária são favoráveis. Quanto à situação interna da Bolívia, a resolução teve de ser modificada no que diz respeito às tendências de luta da classe operária. Outros aspectos de precisão conceitual foram modificados.

Reunião do Comitê de Enlace

No dia 26, discutiu-se: 1) Balanço do Congresso do POR; 2) Situação mundial, com destaque à América Latina e Europa; 3) Congresso do Comitê de Enlace; 4) Funcionamento do Comitê de Enlace.

Sobre balanço houve unanimidade de que a Resolução arma o partido para as lutas do próximo período. Destacou-se a importância

do avanço da compreensão no POR boliviano sobre a necessidade de fortalecer a luta pelo internacionalismo. Nesse sentido, o trotskismo boliviano tem muito a contribuir com suas experiências e com sua tradição programática.

Sobre a situação mundial, destacou-se a continuidade da crise econômica e decomposição do capitalismo. A greve operária na França indica o acerto da caracterização de que estamos diante de uma nova etapa da luta de classes. A vitória da ruptura da Inglaterra com a União Europeia é um sintoma da desagregação do capitalismo mundial. Demonstra a validade de que somente a classe operária pode resolver a tarefa de unificação sob a bandeira de Estados Unidos Socialistas da Europa. Quanto à América Latina, avaliou-se o significado da bancarrota de governos que emergiram como nacionalistas e reformistas.

COMUNICADO POR / Partido Operário Revolucionário

O Partido Operário Revolucionário - diante da declaração do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, no dia de hoje, em que este afirmou que o POR junto com a oposição de direita seriam os responsáveis pelas ações de protesto organizadas pelos trabalhadores fabris em resposta ao fechamento da ENATEX - manifesta o seguinte:

1. - O governo do MAS, desde sua ascensão ao poder, jurou respeitar a grande propriedade privada burguesa e a presença das multinacionais na exploração de nossos recursos naturais estratégicos, defendendo que era possível um “processo de mudança” revolucionário no qual coexistissem em harmonia explorados e exploradores e multinacionais (imperialismo) em “sociedade” com o Estado.

2. - O POR denunciou esta postura como uma impostura reacionária e prognosticou que o destino do governo do MAS era desenvolver a política burguesa em defesa dos interesses gerais da classe dominante nacional e das multinacionais, contra os explorados e oprimidos do país e o conjunto da nação oprimida.

3. - Hoje os explorados, particularmente os trabalhadores, comprovam a exatidão do prognóstico porista. O decreto do fechamento da ENATEX, pondo na rua mais de 800 trabalhadores e suas famílias, depois de ter saqueado a empresa e desviado a produção que estava destinada à exportação da confecção de camisetas para a campanha do MAS pelo SIM, somente foi a gota d'água no crescente descontentamento popular.

4. - Os trabalhadores estão nas ruas em defesa das escassas fontes de trabalho, decididos a não permitir que a política realocadora do governo se imponha. Está em jogo a vida das famílias dos trabalhadores. É obrigação do Estado criar fontes de trabalho e manter as existentes, desenvolvendo uma política de proteção à produção nacional.

5. - Só a cegueira despótica do presidente o impede de ver que sua

Destacou-se o deslocamento dos explorados para as posições do POR na Bolívia. Reconheceu-se que as massas não têm como apoiar os governos de direita que as ataca duramente, a não ser camadas da classe média rica. Nestas condições, o Comitê de Enlace deve fortalecer o trabalho coletivo e o seu funcionamento como um só partido. Aprovaram-se duas resoluções, que logo mais serão divulgadas

Sobre o Congresso

Confirmou-se a data e o local de realização.

Sobre o funcionamento do Comitê de Enlace, realizou-se uma firme discussão crítica e autocrítica. Concluiu-se pela necessidade do Congresso eleger uma direção comprometida com uma melhor centralização do trabalho internacional.

impostura política está esgotada, que não pode continuar enganando o povo indefinidamente.

6.- O recurso banal de identificar a luta dos explorados, junto a qual nós sempre estaremos, com conspirações da velha direita politicamente esgotada, já não convence ninguém.

7.- Uma pesquisa realizada pelo IPSOS no eixo central sobre a aprovação ou rechaço ao governo e à oposição direita é esclarecedora. Os entrevistados rejeitaram ambos, com mais contundência à oposição direita.

8.- A oposição direita não é uma alternativa para os explorados. As massas oprimidas se afastam e rompem com as ilusões que o rosto moreno de Evo Morales despertou nelas. No horizonte, se abre a perspectiva do retorno dos trabalhadores a sua tradicional política revolucionária marcada a fogo em sua consciência desde as Teses de Pulacayo.

9.- A política e ação do POR é invariável e conhecida por todos. São 80 anos de luta consequente em nossa história, não nos vendemos a ninguém e combatemos junto às massas os velhos e os novos direitistas impostores que se dizem revolucionários enquanto governam para os exploradores e multinacionais. Estamos e estaremos sempre junto com os explorados em sua luta por libertar-se da exploração burguesa e liberar o país da opressão imperialista, pela instauração de um governo genuíno de todos os explorados e que seja dirigido pela classe operária, que é a que com seu trabalho gera a riqueza que uns poucos se apropriam e que a corrupção masista dilapida.

La Paz, 24 de junho de 2016.

Comitê Central do Partido Operário Revolucionário

(Extraído do Jornal Masas, nº 2452, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia / Assistimos à ruptura do movimento operário com o governo impostor

O Decreto Supremo 2765 - que determina o fechamento da ENATEX para convertê-la em uma empresa de serviços, deixando desempregados mais de 800 trabalhadores têxteis, transformando os novos trabalhadores em funcionários públicos, que assim não se enquadram na Lei Geral do Trabalho - provocou o descontentamento dos trabalhadores fabris. Põe em evidência o caráter antioperário do governo. As declarações dos funcionários governamentais, ratificadas pelo Presidente e Vice-Presidente, no sentido de que o Estado “revolucionário” não pode ter empresas deficitárias, põe em alerta os trabalhadores mineiros, especialmente de Huanuni, a principal mina estatal que se encontra em situação crítica.

Em todo o país, inúmeras marchas, lideradas pelos fabris, ganha-

ram as ruas repudiando o governo e acabando definitivamente com as ilusões que ainda podiam existir de que se tratava de um governo do povo.

Chegou o momento de gritar com toda a força: “Evo dizia que tudo mudaria, mentira, mentira, a mesma porcaria!”.

O fato mais importante é que assistimos a ruptura política da classe operária com o governo. A poderosa pressão das bases tem obrigado a burocracia sindical, até às vésperas descaradamente aliada ao governo, a adotar poses anti-governamentais.

O governo, de seu lado, age duramente contra os setores mobilizados, apontando-os como instrumentos da direita tradicional e do imperialismo, que procuram desestabilizar o governo do “Processo de

Mudança". Tem reprimido duramente os trabalhadores do transporte, os pequenos comerciantes mobilizados, os jornalistas que cobrem os atropelos das autoridades, à mobilização nacional dos deficientes e mantêm firmemente a sua posição de fechar a ENATEX. Pouco lhe importa a reação dos oprimidos pelos abusos que comete com os mais fracos e utiliza as suas "organizações sociais" para justificar seus atropelos e prepotência.

Essa política dura tem uma finalidade: mostrar às multinacionais que na Bolívia existe um governo com autoridade e que exerce com mãos duras o respeito aos interesses dos investidores estrangeiros e nacionais; é a garantia suficiente para oferecer segurança jurídica e material a seus investidores.

A partir deste momento se abre um novo panorama na luta política, o movimento operário fabril tem perdido a ilusão no governo. Trata-se do rompimento definitivo deste importante setor operário com o governo. Por um lado, o governo e dirigentes expressam os interesses da classe dominante, dos exploradores e, por outro, as bases operárias fabris juntamente com a tendência revolucionária encarnam os interesses da maioria nacional.

A resposta correta e revolucionária diante do fantasma do desemprego, que deve ser assimilada pelos trabalhadores, é a estatização de todas as empresas produtivas que se declarem falidas, sob o controle operário coletivo, tarefa que não pode cumprir o governo do MAS por sua submissão ao imperialismo e à empresa privada nativa.

Bolívia

Autônomos e demais explorados que se encontram lutando nas ruas, somente unidos venceremos sob as bandeiras de nossa independência política

Chamamos a unidade de todos os oprimidos sob uma plataforma única que reúna todas nossas reivindicações.

VENCEREMOS O GOVERNO ENTREGUISTA

FABRIS, MINEIROS, DEFICIENTES, PROFESSORES, PEQUENOS COMERCIANTES E DEMAIS EXPLORADOS, por um governo operário e camponês, que será o governo de toda a nação oprimida

Evo não pode garantir trabalho aos bolivianos nem proteger os inválidos. O governo de EVO É ENTREGUISTA, REPRESENTANTE DO IMPERIALISMO E DA BURGUESIA BOLIVIANA, dos milionários que vivem do suor alheio. Os dirigentes devem romper com o "Processo de Mudança", acatando o que as bases exigem: Independência política e sindical frente ao governo impostor. Ou então que se vão para o lado dos traidores. Seu dever é lutar junto a suas bases para derrotar a política antinacional e antioperária do MAS. Por isto, nós trotskistas chamamos à formação de uma frente de UNIDADE com as organizações sindicais e sociais, sob uma plataforma única de reivindicações e um programa revolucionário, contra o desemprego, contra a exploração, contra os ataques aos nossos direitos e por melhores condições de vida. Lutamos pelo direito ao trabalho, a industrialização e nacionalização de nossos recursos naturais, por saúde e educação gratuitas; lutemos unidos por um futuro que nos é negado por quem explora e saqueia a Bolívia.

OCUPAR AS FÁBRICAS E MINAS PARA ESTATIZÁ-LAS SOB O CONTROLE OPERÁRIO!!!

ABAIXO EVO VENDIDO E TRAIADOR!!!

POR PÃO, TRABALHO, SAÚDE E EDUCAÇÃO!!!

Fora os masistas da COB, federações e confederações, organizar a luta desde as bases nas assembleias e comitês de greve.

COB RATIFICA PARALISAÇÃO DE 72 HORAS

A BUROCRACIA SE NEGA A ROMPER SEU PACTO DE UNI-

O governo se esforça em minimizar os protestos populares liderados pelos fabris, mas é inútil. O fato de que as paralisações decretadas pelo COB não tenham sido acatadas pelos operários se deve à desconfiança das bases diante da direção cobista, que, pressionada, se radicaliza verbalmente, mas que se nega a romper o pacto de unidade com o governo e que em nenhum caso significa o apoio ao governo. Somente a explosão de repúdio das bases fabris a partir da resistência ao decreto de fechamento da ENATEX tem obrigado a burocracia sindical a se radicalizar, mas seria um erro acreditar que houve uma mudança, espera o momento propício, quando diminua a revolta dos trabalhadores, para voltar a sua política servil frente ao governo.

As decisões de paralisações que não se cumprem são medidas desagregadoras. Agora o que está colocado como tarefa é potencializar e aprofundar a mobilização nas ruas!

Ao governo só resta a opção pela repressão, endurecer seu autoritarismo e seus traços ditatoriais contra o movimento operário e popular. Já não tem argumentos políticos para continuar enganando os explorados. Tudo o que diz, procurando se justificar, enfurece ainda mais as massas. Vai perdendo aceleradamente o apoio social, mas os seus traços fascistoídes não podem desenvolver-se até um regime fascista, mas sim até um regime policialesco, ou seja, apoiado nos organismos repressivos do Estado: a polícia e o exército.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2452, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

DADE COM O GOVERNO

As delegações presentes no Ampliado da COB apresentaram a sua preocupação no sentido de ampliar a pressão contra as medidas que recaem sobre os trabalhadores, a ameaça do "dia não trabalhado, dia não pago" e a instabilidade das fontes de trabalho. O ampliado da Central Operária Boliviana (COB) ratificou a paralisação de 72 horas para esta quarta, quinta e sexta-feira (29 e 30 de junho e 1º de julho).

No entanto, a direção cobista defendeu a necessidade de se manter no denominado "Pacto de Unidade", o que significa que manterá o seu apoio ao Governo, em que pesem as medidas que adotou e a dura repressão que sofreram os trabalhadores em vários lugares do país.

Está claro que a direção da COB trabalha pelo fracasso da luta dirigida pelos fabris. A paralisação de 72 horas não será acatada pelos setores produtivos porque os trabalhadores não têm confiança na direção vendida da COB.

Finalmente, após as resoluções de setores que exigiam o rompimento da aliança com o Governo, o Secretário Executivo da COB, Guido Mitma, afirmou que "a COB está com o "Processo de Mudança" e é falso que existam dentro desta entidade elementos da direita e da ultra-esquerda... a Central Operária Boliviana não é trotskista", deixou claro o laço do governo.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2452, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

México**Massacre de Nochixtlán: Para impor reforma educativa, Peña Nieto reprime, prende e mata professores**

Centralizar e fortalecer a luta para derrotar a reforma educativa!

Erguer um tribunal popular para julgar os crimes da burguesia mexicana e seu governo!

Mais uma vez, o Estado mexicano reprime e mata aqueles que estão lutando pela educação pública e por suas condições de vida. Desta vez foram os professores, que desde o dia 15 de maio estão em greve, ainda contra a reforma educativa, que já motiva lutas há três anos, quando foi aprovada sob a orientação do imperialismo. Se considerarmos a luta contra a chamada *Aliança pela Qualidade na Educação*, já são quase dez anos de lutas contra os planos da burguesia de descarregar a crise sobre os ombros dos trabalhadores da educação, cortando o orçamento e direitos. Dos 32 estados e distrito federal, 28 aderiram à greve, mas a maior força tem sido mostrada no sul, nos estados de Chiapas, Oaxaca e Michoacan. No dia 12 de junho, a ofensiva do governo foi contra os dirigentes do movimento, que foram aprisionados. Juan José Ortega Madrigal, Rubén Nunez, Francisco Villalobos, da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), seguem presos acusados de lavagem de dinheiro e roubo de livros gratuitos. O governo quer usá-los como moeda de troca para estancar o movimento. Há denúncias de cortes de salários e demissões políticas também.

No dia 14 de junho, aos dez anos da Assembleia Popular de Oaxaca, foram erguidos bloqueios e barricadas em todo o estado. A manifestação já transbordava a categoria docente, atraindo pais, telefonistas, universitários, eletricitas, rodoviários e trabalhadores da saúde. Localizadamente, alguns setores operários se mobilizaram em apoio ao magistério. Quanto mais crescia a tendência de unificação entre professores e demais trabalhadores, maior era a pressão para que Peña Nieto garantisse a ordem e quebrasse o movimento.

Foi com o objetivo de esmagar o magistério combativo que os policiais receberam a ordem de atirar para matar. Os governos do presidente Peña Nieto (PRI) e do governador Manuel Velasco Coello (Partido Verde, coligado com o PRI nacionalmente) desfecharam no dia 19 de junho a brutal repressão para romper uma manifestação de duas mil pessoas que bloqueava uma rodovia. O ato acontecia nos arredores de um mercado camponês-indígena. Ante a repressão, pequenos comerciantes se solidarizaram com os agredidos, inclusive se colocando como escudos entre estes e a polícia. Foram ao menos oito mortos (há fontes que falam em até doze), dentre os quais professores, pais, estudantes e moradores; 25 desaparecidos e, dentre os mais de 100 feridos, 45 foram atingidos por balas de chumbo. Outras desocupações violentas haviam ocorrido em dias anteriores em Hacienda Blanca e Viguera, com lançamento de gás lacrimogêneo de helicópteros e ataque aos médicos que socorriam os feridos. Inclusive um jovem foi assassinado.

O movimento tem sido dirigido pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), criada na década de 1970 como uma cisão em relação ao Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação (SNTE). A traição do SNTE é tamanha que age para criminalizar os dirigentes da CNTE e faz de tudo para defender a Reforma Educativa do imperialismo. O sindicato é conhecido por sua submissão aos governos do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que controla o México desde 1929, com uma interrupção entre 2000 e 2011, quando foi derrotado, mas agora segue na presidência com Peña Nieto. O PRI concluiu a trajetória de partido nacionalista a pró-imperialista. Os atos contra a reforma, desde 2013, têm sido radicalizados com bloqueios de rodovias, marchas, incêndios (como na sede do PRI de Guerrero),

ocupações de prédios públicos e aeroportos.

Solidariedade

Após a repressão, as manifestações se intensificaram. Trabalhadores da saúde estão nas ruas contra medidas privatizantes e ataques a direitos dos trabalhadores e usuários do sistema sanitário. Grandes assembleias e paralisações estão ocorrendo na Universidade Autônoma Metropolitana. No domingo, dia 26, as ruas da Cidade do México foram inundadas por uma grande onda de solidariedade aos professores, foram centenas de milhares de participantes. Misturaram-se duas convocatórias, uma do oportunista eleitoreiro Andrés Manuel López Obrador, que quer fazer da dor das famílias e da indignação popular uma escada para sua aspiração à presidência. De olho na campanha de 2018, seu partido, criado em 2014, o MORENA (Movimento de Regeneração Nacional) convocou um ato. A orientação de que fosse um ato silencioso não foi seguida pelas massas que expressaram sua revolta com a reforma educativa e o governo assassino de Peña Nieto. A marcha da CNTE, no mesmo dia, era dirigida à Procuradoria Geral da República, exigindo a aparição com vida dos 43 estudantes normalistas de Ayotzinapa, a 21 meses do seu sequestro e morte por parte do narcoestado mexicano. Também exigiam a libertação dos presos políticos e justiça para os mortos e feridos de Nochixtlán.

Armadilha das negociações

Após a comoção provocada pelo assassinato dos manifestantes, o governo foi obrigado a se sentar para negociar com a CNTE. O Secretário de governo Osorio Chong tenta aparecer como aberto ao diálogo, porém, do Canadá, o presidente Peña Nieto deixou claro que a Reforma Educativa está fora do alcance das negociações. O máximo que oferece é receber as famílias dos assassinados. Ao mesmo tempo, o governo promete a empresários que reestabelecerá a ordem e chantageia o movimento exigindo o fim dos bloqueios para negociar. O esforço do governo é de separar a repressão da luta contra a reforma, como se os mortos não tivessem nada a ver com a luta pela educação e condições de trabalho.

A postura dos dirigentes da CNTE é ambígua. Convocou três dias de paralisação, a partir de 29 de junho, com a orientação de bloqueio de rodovias, ocupação de aeroportos e prédios públicos pela revogação da reforma educativa. Ao mesmo tempo, afirma que se a comissão de negociação com o governo for deliberativa poderá dar uma trégua, sem consultar as bases do movimento.

Investigação

Foi formada uma Comissão Plural de senadores e deputados para investigar quem ordenou que a polícia abrisse fogo contra os manifestantes. A ONU demagogicamente reivindica uma investigação isenta. Hipocrisia por cima de hipocrisia. Para identificar o mandante, Peña Nieto deveria apenas se olhar no espelho. Já o imperialismo, que é, por meio de seus organismos como a OCDE, FMI e Banco Mundial, autor intelectual da reforma educativa, procura lavar suas mãos com a encenação da ONU. Os trabalhadores não podem confiar nem por um segundo que haverá justiça a partir das instituições burguesas (sejam nacionais ou estrangeiras). Para punir os crimes da burguesia como o sequestro e morte dos 43 estudantes de Ayotzinapa e a repressão e

assassinato dos professores, assim como das dezenas de milhares de corpos anônimos que jazem nas valas preenchidas pelos bandos associados à burguesia narcotraficante será necessário erguer os Tribunais Populares. Somente as massas em luta, encabeçadas pelo proletariado, poderão arrancar com suas mãos a justiça por seus mortos.

Revolta do magistério é resposta à crise econômica

A maior resistência à reforma no sul do México se deve a que é nesta região que se concentra a pobreza, o PIB per capita é cinco vezes menor do que o da capital. A ameaça de demissões com as avaliações significará a perda da única fonte de sustento destes trabalhadores, seu emprego como professor. Os cortes orçamentários em projetos destinados a pequenos e médios produtores afeta cerca de 400 mil pequenas propriedades. Os camponeses do Sul recebem 15 vezes menos recursos que os do norte. Enquanto isso, a agroindústria é quem abocanha a maior fatia do orçamento do meio rural. O PIB do setor tem caído e a pobreza, fome, criminalidade e migração aumentam a cada dia.

O governo de Peña Nieto, eleito em 2012, tem aplicado estritamente os planos do imperialismo para o México. Seu início de governo teve como mote a realização das “reformas estruturais” privatistas, antinacionais e de destruição de direitos sociais. Foram feitas mudanças constitucionais com reformas energética, fiscal, trabalhista e política. É neste pacote que a reforma educativa foi aprovada, instituindo mecanismos punitivos e meritocráticos de avaliação que ameaçam com o desemprego e a miséria os professores, sobretudo da região sul do México. Foi contra a reforma educativa que os estudantes normalistas de Ayotzinapa se levantaram, em especial contra o fechamento de escolas no campo. Uma ação coordenada do narcoestado mexicano ganhou grande repercussão internacional com o sequestro e desaparecimento de 43 estudantes, o que expôs a putrefação da burguesia no país.

Peña Nieto amarga uma baixa popularidade. Em 2014, o presidente concluiu a privatização da Pemex (Petróleos Mexicanos), levando a perdas bilionárias. A crise econômica se manifesta, impulsionada pelo baixo preço do petróleo. As perspectivas de crescimento para 2016 são baixas. Os vínculos carnis com a economia norte-americana ampliam as incertezas. O balanço dos 22 anos de Tratado de Livre Comércio da América do Norte é de uma profunda devastação social, que emerge com mais força com os impactos da crise econômica mundial no país.

A crise política da burguesia

Peña Nieto não tem conseguido avançar em suas medidas antinacio-

nais e antipopulares. A resistência tem dificultado a conclusão da privatização da educação, do setor elétrico e das telecomunicações. O presidente tentou abrandar sua rejeição com medidas para agradar a pequena burguesia progressista, com a aprovação do casamento igualitário e legalização parcial da maconha. Não conseguiu, porém ganhar esta parcela da população e ainda desagradou a igreja, que virou cabo eleitoral da oposição direitista do PAN. Assim, no dia 05 de Junho, nas eleições estaduais que ocorreram em 12 dos 31 estados, o PRI, que esperava ganhar em nove estados, elegeu apenas cinco dos doze governadores, uma grande derrota. A bronca com o PRI favoreceu o PAN, o PRD e o Morena. A abstenção foi altíssima, na Cidade do México, por exemplo, apenas 28% da população compareceu às urnas. Na média nacional este número sobe para 45%. O Secretário de Educação Aurelio Nuño tenta se potenciar como candidato do PRI para 2018. Para remover o obstáculo que a CNTE significa, arquitetou a prisão dos dirigentes e repressão. Lopez Obrador, que tenta surfar na onda de protestos apresenta a via da canalização institucional, assim como o fez em 2006, quando uma fraude eleitoral impediu sua vitória para a presidência, na época pelo PRD. Diz defender uma “mudança de regime” e que Peña Nieto forme um “governo de transição” desde já para entregar o poder. Encarna a via da conciliação com o governo assassino.

Classe operária desorganizada

Pela ação das burocracias sindicais e como sintoma da crise de direção, a classe operária não comparece organizada a estes atos. Nota-se a ausência do partido revolucionário. Nem a Central Sindical majoritária e nem as opositoras (União Nacional de Trabalhadores e Nova Central de Trabalhadores) têm agido para centralizar as lutas. Que a luta do magistério possa ser a centelha que leve a incendiar a luta operária, camponesa e indígena. Que a forma da Assembleia Popular, como ocorreu em Oaxaca em 2006, seja retomada para garantir pela via da democracia operária a centralização das lutas, mas desta vez nacionalmente, e o controle das bases sobre os rumos do movimento. É urgente fazer da luta contra a reforma educativa e a repressão um ponto de partida de uma poderosa frente única em defesa das condições de vida, ultrapassando o controle das direções burocráticas e estatizadas.

Os lutadores do magistério têm o mesmo inimigo que os operários que lutam contra os baixíssimos salários e as comunidades indígenas e camponesas em defesa dos territórios contra a ação predatória das corporações mineiras, petroleiras, biotecnológicas e grandes obras viárias, turísticas e hidráulicas. O desafio é centralizar estas lutas em uma frente única anti-imperialista.

Inglaterra sai da União Europeia (UE)

Mais um elo na desagregação capitalista da Europa

O referendo pela saída ou permanência da Inglaterra da UE contou com a participação de mais de 72% do padrão eleitoral, o índice mais elevado desde 1992. 53% dos que votaram na Inglaterra decidiram pelo “Brexit”; 48% pela permanência: uma diferença de um milhão de votos. Em Gales, foi de 52,5% contra 47,5%. Na Escócia e Irlanda do Norte, países que conformam o Reino Unido, a maioria votou pela permanência (62% e 55,8%, respectivamente).

O processo da saída percorrerá um período de dois anos para formalizar a ruptura em todos os âmbitos (comerciais, políticos e jurídicos). É possível que ainda ocorram marchas e contramarchas no caminho de dissolução dos laços comuns.

O impacto pela decisão da saída da Inglaterra da UE foi imediato e violento. A libra esterlina caiu ao seu mínimo histórico em décadas: -9%. Logo se viram arrastadas pelo turbilhão as Bolsas de Valores do mundo todo. Bilhões de dólares fugiram do país após os resultados.

Espera-se ainda uma queda do PIB em mais de 20%, nos próximos meses. As movimentações de capitais financeiros volatizarão os mercados de capitais e ampliarão os mecanismos do parasitismo financeiro. O que se refletirá, por sua vez, na queda dos intercâmbios comerciais, dos investimentos e dos preços geral das mercadorias. Em face dessa perspectiva, o preço do ouro disparou e os “refúgios” financeiros seguros aos investimentos estreitaram-se no quadro de queda dos preços e exportações das matérias-primas. Os bancos centrais das potências ampliaram a emissão de créditos e saíram a resgatar imediatamente empresas e bancos ameaçados, uma vez que a fuga de capitais aprofundou a insolvência generalizada.

Evidentemente, é preciso observar com cuidado até que ponto a reação inicial se estenderá no tempo e em que ritmo. De conjunto, o quadro é de aprofundamento das tendências recessivas e de insolvência no país. As dívidas de curto prazo dos bancos e entidades finan-

ceiras que têm por base a Inglaterra totalizam 755% do PIB nacional. Isso, no contexto de aumento do déficit no valor de 130 bilhões de dólares e de uma dívida pública que atinge 86% do PIB.

Trata-se do espelho mais fiel do real significado do parasitismo financeiro e da decomposição no berço do capitalismo mundial. Evidentemente, uma queda nesse país não somente mergulhará o mundo em uma crise sem precedentes históricos, como indicará uma nova fase da desagregação capitalista que atingirá amplamente as massas. Inglaterra, em última instância, é o exemplo mais claro das leis econômicas que levam o capitalismo à completa desagregação e barbárie.

Observa-se que o acordo assinado em 19 de fevereiro sobre a permanência da Inglaterra dentro da União Europeia (UE) constituía apenas uma medida da burguesia monopolista inglesa para sair do impasse e conquistar posições que lhe permitissem uma maior autonomia perante a legislação europeia, visando assim a descolar em parte a economia nacional das graves consequências da crise mundial. Esperava-se que a reforma nas normas jurídicas, políticas e comerciais abalasse as tendências chauvinistas internas e fortalecesse politicamente o governo que expressava as movimentações monopolistas. Ao mesmo tempo, expressava uma concessão das frações imperialistas francesas e alemãs objetivando preservar a integridade do bloco e suas posições internas ao continente. Esse acordo conjuntural favorecia finalmente a via da penetração norte-americana no mercado comum europeu, sem criar as condições de dissolução da UE, nem aprofundar os abalos financeiros e econômicos que o “Brexit” traria.

Essa via de acordos e concessões mútuas, porém, não se confirmou. À queda dos intercâmbios comerciais, ao fechamento das fronteiras e aos entraves ao comércio, somar-se-ão o aprofundamento das disputas, os choques diplomáticos e a guerra comercial. Isso explica por que uma dissolução e fragmentação da UE, embora conflua com os interesses monopolistas norte-americanos, ao dissolver na prática a estrutura jurídica e comercial que entravava sua penetração maciça, porá as frações imperialistas em acirrada disputa e aprofundará os atritos inter-imperialistas com incontornáveis consequências no marco da desagregação capitalista mundial.

Com a vitória do “Brexit”, Escócia e Irlanda do Norte assinalaram seu desejo de convocar eleições para decidirem se permanecem ou não como estados membros do Reino Unido. Essa perspectiva, caso se imponha, aprofundará o quadro de desagregação interna da Inglaterra e colocará em choque as frações burguesas nacionais pelos despojos da crise. Escócia e Irlanda do Norte almejam continuar na UE e, assim, ganhar posições à custa de perdas da burguesia inglesa.

O fundamental da situação, no entanto, está em assinalar que falharam todas as manobras para centralizar as medidas de ação entre as diversas frações monopolistas imperialistas e, assim, manter a grave crise econômica e social mundial minimamente contornada. De forma que o quadro que se abre com o “Brexit” é o de aprofundamento das tendências centrífugas europeias e de progressivo fechamento dos mercados. As medidas aplicadas para equacionar os atritos internos às frações monopolistas não foram capazes de barrar o desenvolvimento das contradições acumuladas na base econômica, bem como seus reflexos na estrutura e relações entre as classes.

A Inglaterra sofreu durante anos um processo de desindustrialização, de agigantamento do parasitismo e de destruição de conquistas sociais. São as consequências das leis econômicas de avanço à concentração da riqueza e da miséria nos polos antagônicos da sociedade. É essa contradição que se expressou à sua maneira no referendun. Nas regiões de composição operária, a votação pela saída foi majoritária. O mesmo nos centros urbanos onde predominam os assalariados atacados pelos ajustes, a pequena burguesia empobrecida e a juventude desempregada.

Amplas camadas e frações das classes médias, dos assalariados e do

proletariado indicaram com seu apoio à saída da Inglaterra que não estão dispostos a arcar com as consequências da desagregação capitalista da Europa, ainda que esse o choque instintivo das massas contra esse estado de coisas tenha sido feito através de uma política reacionária e chauvinista. Ou melhor: não foi o programa proletário de reunificar ao continente sobre novas bases e novas relações sociais de produção que se impôs no referendo, mas o de fechar as fronteiras e ampliar a miséria nacional como via para salvar o capitalismo apodrecido, inoculando para isso o veneno chauvinista entre os setores mais desesperados da pequena burguesia e do proletariado. Nesse quadro e em face da ausência de direção revolucionária e de uma intervenção política da classe operária de forma independente, ganharão força as tendências reacionárias e chauvinistas, que se alimentam do desespero da classe média arruinada e do crescente setor operário desempregado.

Isso explica por que um partido nacional-reacionário (UKIP-Partido da Independência do Reino Unido) e seu líder chauvinista, Nigel Farage, puderam capitalizar o descontentamento das massas com ao avanço da miséria social e do empobrecimento geral da nação. A palavra de ordem levantada por Farage após a vitória, que afirmava que com o dia da vitória do “Brexit” teria de ser chamada de “o dia da independência da Inglaterra”, não fez outra coisa que espelhar esse descontentamento operário e popular com o capitalismo através do prisma e do programa xenófobo e fascizante de uma fração monopolista e de um amplo setor da pequena burguesia que pretende manter suas condições de existência social à custa de assegurar os lucros dos capitalistas.

Evidentemente, essa tendência nacional-chauvinista interna não é outra coisa que a manifestação de uma tendência mais geral que se estende em todo o mundo, embora concretizada de acordo com as particularidades nacionais. De um lado, diz respeito ao choque crescente das massas exploradas e oprimidas com as políticas monopolistas de ampliarem o saque e opressão nacionais e os governos que as expressam na situação de aprofundamento de crise estrutural capitalista. Enquanto as greves radicalizadas e massivas na França expressam esse choque de forma progressiva, uma vez que colocam os explorados nas ruas em defesa de suas condições de vida, aplicando os métodos da luta de classes, na Inglaterra, ao contrário, se expressa pela via do chauvinismo e da xenofobia. E, de outro, diz respeito ao aumento dos movimentos e ao crescimento eleitoral dos partidos reacionários e fascistas.

Nota-se que a grande burguesia monopolista vê-se arrastada pelas tendências centrípetas que ganham projeção com o agravamento das tendências recessivas mundiais. A renúncia de David Cameron ao cargo de primeiro-ministro expressa a incapacidade da burguesia em resolver os graves conflitos sociais e nacionais, segundo a política vigente. O fechamento das fronteiras não apenas restringe e limita os lucros e negócios capitalistas, mas fundamentalmente cria as condições para que as contradições internas e as relações entre as classes se aprofundem em níveis incontornáveis. De forma que, diante da situação criada pelo “Brexit”, a burguesia monopolista inglesa terá de repassar as consequências da perda de mercados e de lucros às massas. O que impulsionará novos choques de classes e o agravamento das contradições internas. Por sua vez, essas contradições obrigarão a burguesia imperialista a uma agressiva saída para o exterior, onde se chocará com os bloqueios comerciais, o fechamento das fronteiras e a rapina generalizada das burguesias, que disputam palmo a palmo os estreitos mercados. Essa perspectiva indica que as contradições e os choques interimperialistas e entre as classes ganharão novo impulso na nova etapa da crise.

Como se vê, a saída da Inglaterra da União Europeia (EU) precede e, em parte, explica a celeridade da desagregação da união capitalista europeia. Espelha de fato a impossibilidade da burguesia monopolista europeia em centralizar suas medidas de ação no marco do acirramento da guerra pelos mercados, no contexto do agravamento

da tendência à queda da taxa de lucros dos monopólios. Finalmente, essas tendências terão de se manifestar inevitavelmente em uma rápida desagregação política interna e externa aos Estados nacionais. As relações entre as classes e entre frações das classes dominantes se farão ainda mais violentas.

O fundamental, porém, está em assinalar que as fronteiras nacionais se ergueram como um bloqueio às forças produtivas continentais. A desagregação europeia, em última instância, se explica pelos entraves da propriedade e da apropriação privadas das gigantescas riquezas e forças técnicas resultantes do desenvolvimento das forças produtivas mundiais das últimas décadas.

Evidentemente, a rebelião das forças produtivas, sob o envoltório da propriedade privada monopolista, atinge características e métodos

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”, de Lênin

No Jornal Massas nº 522, expusemos a explicação de Lênin sobre a relação entre a luta espontânea da classe operária e a consciência de classe. Trata-se de um problema fundamental do lugar do partido revolucionário em transformar a luta instintiva dos explorados em consciência socialista. Nesse sentido, é necessário combater as posições do economismo e do espontaneísmo reformistas. Resumiremos, neste número do Massas, a fundamentação de Lênin sobre a agitação política.

Lênin relata a importância das denúncias sobre as condições de vida da classe operária amplamente realizadas pelos círculos socialdemocratas. Refere-se ao entusiasmo dos operários diante desse trabalho de agitação econômica e de revelação da brutal opressão suportada pelos explorados. Os panfletos de denúncia e de reivindicações econômicas são caracterizados por Lênin como “forma embrionária de guerra contra toda ordem social moderna, baseada no saque e na opressão”. Esse tipo de agitação consiste na “autodefesa dos operários”.

Os socialdemocratas russos dedicavam-se quase que exclusivamente ao trabalho de denúncia nas fábricas. Lênin mostra que tal absorção indicava uma limitada compreensão da ação partidária, explicando que “essa atividade por si só não era ainda, no fundo, socialdemocrata, mas tão somente tradeunionista” (sindicalista). Não ia além da defesa da força de trabalho entregue aos capitalistas como mercadoria. De fato, consistia apenas em “ponto de partida” e que por isso, não podia ser um fim em si mesma, com pena de se ater “à luta ‘exclusivamente sindical’”.

Lênin demonstra que o vasto trabalho de agitação econômica realizada pela militância poderia se perder caso o partido não superasse o economismo. A questão era de reorientar a ação partidária no seio do proletariado. Para isso, era imprescindível compreender e ter consciência da relação entre a luta econômica e a luta política. Era necessário promover a agitação política, da mesma forma como se faz a agitação contra a opressão econômica. Eis um dos pontos que expressa a nova orientação defendida por Lênin: “A socialdemocracia dirige a luta da classe operária não apenas para obter condições vantajosas da venda da força de trabalho, mas para destruir o regime social que obriga os despossuídos a vender sua força de trabalho aos ricos. A socialdemocracia representa a classe operária não somente em sua relação com um grupo determinado de patrões, mas em suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada. Compreende-se, portanto, que os socialdemocratas não apenas não podem ater-se à luta econômica, nem sequer podem admitir que a organização das denúncias econômicas constitua sua atividade predominante. Devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, do desenvolvimento de sua consciência política”.

A fração da socialdemocracia que se opunha às posições de Lênin ludibriava com o argumento de que todos estavam de acordo quanto à necessidade de desenvolver a consciência política em todos os seus

bárbaros de resolução. Se o proletariado não se erguer como a única força social capaz de reunificar a Europa e superar as fronteiras nacionais na base da propriedade social dos meios de produção, essa contradição vai a caminho de sua resolução pela via da decomposição e desagregação social, econômica e política.

Trata-se, portanto, de ajudar a vanguarda que surge e surgirá dos combates contra os governos e as burguesias nacionais a forjar os partidos marxista-leninista-trotskistas e erguer o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Ao Comitê de Enlace, cabe ajudar nessa tarefa com a elaboração das táticas e linhas programáticas que impulsionem o processo de reconstituição dos laços internacionalistas do proletariado mundial e da reconstrução do seu Partido Mundial da Revolução Proletária, IV Internacional.

aspectos. E defendia que “a tarefa de imprimir à luta econômica mesma naquilo que fosse possível, um caráter político”. De forma que “a agitação política deve seguir à econômica”. Lênin refuta essa tese. Considera incorreta a posição de que a luta econômica, em geral, seja o meio mais amplamente aplicável para incorporar as massas na luta política. Dá o exemplo de luta política que decorre das “manifestações da opressão policial e dos desmandos da autocracia”. Mostra que os castigos corporais sofridos pelos camponeses, a perseguição da polícia à plebe das cidades e a disciplina opressiva imposta aos soldados são igualmente motivos para a agitação política, apesar de não estarem diretamente ligados à luta econômica. Em resumo: “na soma total dos casos cotidianos em que o operário sofre (ele mesmo e as pessoas próximas dele) falta de direitos, arbitrariedade e violência, é indubitável que só constituem uma pequena parte dos casos de opressão policial precisamente no terreno da luta sindical”. Estava colocado, portanto, superar a estreiteza da agitação política quase exclusivamente no terreno econômico.

A ideia economicista de “imprimir à luta econômica mesma um caráter político” implicava tão somente a melhoria das condições de trabalho por meio de “medidas legislativas e administrativas”. Era o que faziam os sindicatos operários. Lênin retruca: “Assim, portanto, a frase pomposa de ‘imprimir à luta econômica mesma um caráter político’, ‘terivelmente’ profunda e revolucionária, oculta, no fundo, a tradicional tendência de rebaixar a política socialdemocrata ao nível da política tradeunionista!”

Nota-se que no seio da socialdemocracia desenvolviam-se duas tendências: a revolucionária e a reformista. O reformismo utilizava-se da retórica de “imprimir à luta econômica mesma um caráter político”. Por trás dessa sutileza, ocultava-se uma grosseira política de adaptação ao capitalismo, em desenvolvimento da Rússia. Tomemos a última citação: “A socialdemocracia revolucionária sempre incluiu e continua incluindo na órbita de suas atividades a luta pelas reformas. Mas utiliza a agitação ‘econômica’ não apenas para exigir do governo todo tipo de medidas, mas também (e em primeiro lugar) para exigir que deixe de ser um governo autocrático. Além disso, considera seu dever apresentar ao governo esta exigência não só no terreno da luta econômica, como também no terreno de todas as manifestações em geral da vida social e política. Em uma palavra, como a relação da parte no todo, a luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo subordinada a luta pelas reformas”.

Nesta áspera divergência sobre como travar a luta política entre a tendência economicista e a marxista, nos deparamos com os perigos interpostos pelos reformistas na luta do proletariado contra a burguesia, o Estado e seu regime econômico. Mais tarde, essa tendência se transformará em uma fração que romperá a socialdemocracia russa (mencheviques), concluirá defendendo a burguesia e passará para o lado da reação na Revolução Russa de outubro de 1917. Os reformistas e os oportunistas são os maiores inimigos do marxismo.